



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES
CURSO DE HISTÓRIA – LICENCIATURA

MAGNUM MARCELO VIRTUOSO DA SILVA

**“ASCENSÃO E QUEDA DO POPULISMO EM ALAGOAS –
O IMPEACHMENT DE MUNIZ FALCÃO.”**

MACEIÓ, 2022

MAGNUM MARCELO VIRTUOSO DA SILVA

**ASCENSÃO E QUEDA DO POPULISMO EM ALAGOAS –
O IMPEACHMENT DE MUNIZ FALCÃO.**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes – ICHCA UFAL, como requisito para obtenção do grau de Licenciatura em História, sob a orientação do Prof. Jose Roberto Santos Lima.

MACEIÓ, 2022

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecária: Bruno Felipe de Melo Silva – CRB-4 – 1818

S586a Silva, Magnum Marcelo Virtuoso da.
Ascensão e queda do populismo em Alagoas – o impeachment de Muniz
Falcão / Magnum Marcelo Virtuoso da Silva. – 2022.
51 f. : il. color.

Orientador: José Roberto Santos Lima.
Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em História: Licenciatura)
– Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Ciências Humanas,
Comunicação e Artes. Maceió, 2022.

Bibliografia: f. 49-50.

1. História - Alagoas. 2. Política - Alagoas. 3. Populismo. 4. Impeachment.
I. Título.

CDU: 981.35: 342.537.91

Dedico esse trabalho aos meus avós, Antônia Pereira da Silva e Antônio Virtuoso da Silva (*In memoriam*), com todo o meu amor e gratidão.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por todas as vitórias alcançadas até aqui. Houve momentos de desânimo, de preocupações e incertezas, mas em todos eles, Deus esteve sempre ao meu lado, dando força e esperança ao meu coração.

Sou grato a toda a minha família, por cada ensinamento de vida, por cada conselho, por me apoiarem e acreditarem em mim em todos os momentos. Em especial a minha tia Adeilde Virtuoso, que me conduziu e educou em boa parte de minha vida, aos meus pais e irmã, a minha esposa Bruna Kelly e filha Maria Eduarda, por todo carinho, apoio e incentivo em todos os instantes dessa caminhada.

Agradeço ao meu orientador prof. Jose Roberto Santos Lima, pela paciência e dedicação no processo de desenvolvimento deste trabalho, que mesmo com as condições adversas que o trabalho foi feito, devido a um calendário defasado e a pandemia, foi de extrema importância para a conclusão do mesmo. E por ser um porto seguro a todos os alunos do bloco de História da Universidade Federal de Alagoas.

Agradeço também aos meus colegas do curso de História que se tornaram meus amigos, em especial a Alexandre Lessa, Edjane Correia, Edjane Tavares, Charles Bertoldo, Jose Roberto e Marcio Zacarias, uma turma que sempre se mostrou disposta a se ajudar, conselhos e diálogos preciosos que foram fundamentais para a formação de cada um.

Por fim, gratidão a Universidade Federal de Alagoas – UFAL, por me proporcionar a oportunidade de realizar um sonho, a todos os professores, em especial Jose Roberto dos Santos Lima, Jose Roberto Gomes da Silva e Alberto Vivar Flores, cada um ao seu modo muito me ensinaram sobre a História e principalmente sobre os desafios que é ser um Professor.

RESUMO

A análise surge a partir da relevância do tema para a história de Alagoas, buscando esclarecer em primeiro lugar as disputas políticas entre as elites oligárquicas, e em que momento um governo de viés populista se transforma na figura central do debate. Disputas políticas essas que culminariam em conflitos constantes entre famílias tradicionais que se revezavam no controle do estado.

Destacaremos a figura de Sebastiao Muniz Falcão, que seria o nome de consenso indicado pela à frente popular alagoana, para a disputa das eleições em 1955, como uma candidatura de inspiração popular, apoiado em sua maioria por operários. A política em alguns casos, mesmo que de forma indireta é o único meio de contarmos a história e inserirmos a classe trabalhadora no debate, muito por conta do limitado acervo documental do período.

A ascensão e queda do populismo em Alagoas, vem por meio deste trabalho, colaborar com a historiografia alagoana, afim de tonar claro acontecimentos de grande importância para a história do nosso povo durante esse período de ebulição política no estado. Através do surgimento do populismo e dos processos eleitorais que nos ajudaram a compreender essa conjuntura.

O populismo começa a se articular no cenário político alagoano a partir da revolução de 1930 até o fim do mandato do governador Muniz Falcão em 1960. Destacando algumas das principais oligarquias do estado, o conflito violento travado dentre elas e que marca a história de Alagoas, o governo populista que teve seu auge na segunda metade da década de 50, o processo de impeachment e a participação da oposição conservadora que se articulou em 13 de setembro de 1957, para dar um golpe no governo do estado.

ABSTRACT

This analysis comes from the importance of the subject to the history of Alagoas, trying, first of all, to clarify the political disputes between the oligarchic elites, and at what moment a government of populist bias became the central figure of the debate. Political disputes that would culminate in constant conflicts between traditional families that took turns in controlling the state.

We will highlight the figure of Sebastião Muniz Falcão, who would be the acknowledged figure chosen by the Alagoas popular front to run for election in 1955, as a mass inspired candidacy supported mostly by workers. Politics, in some cases, is the only way, even if indirectly, to record history and include the working class in the debate, largely due to the limited documentary collection of the time.

The rise and fall of populism in Alagoas, through this work, seeks to collaborate with the historiography of Alagoas, in order to make clear events of great importance to the history of our people during this period of political restlessness, through the birth of populism and the electoral systems that help us understand this conjunction of events.

Populism began to grow in the Alagoas political scene from the 1930 revolution until the end of governor Muniz Falcão's term in 1960. Highlighting some of the most powerful oligarchies in the state and the violent conflicts fought between them, conflicts that mark the history of Alagoas; the populist government that reached its peak in the second half of the 1950s, the strength of laborism, the impeachment process and the participation of the conservative opposition that happened on September 13, 1957, to deliver a blow to the government of the state.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Jornal de Notícias, Pose de Getúlio	13
Figura 2: Jornal Última Hora “Matou-se Vargas”	14
Figura 3: Dados do Crescimento Eleitoral 1945	17
Figura 4: Inscrições, Comparecimento e Abstencões	18
Figura 5: Governador Muniz Falcão	26
Figura 6: Faixa Contra o Impeachment no Centro de Maceió.....	31
Figura 7: Tropas na Praça D. Pedro II antes do tiroteio	33

LISTA DE ABREVIATURAS

ALE: Assembleia Legislativa de Alagoas.

APA: Arquivo Público de Alagoas.

CLT: Consolidação das Leis Trabalhistas.

EUA: Estados Unidos da América.

UFAL: Universidade Federal de Alagoas.

UFF: Universidade Federal Fluminense.

PEDA: Partido Economista Democrático de Alagoas.

PS: Partido Socialista.

PNA: Programa Nacional de Alfabetização.

PRA: Partido Republicano Alagoano.

UDN – União Democrática Nacional.

PSD – Partido Social Democrata.

PSP – Partido Social Populista.

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro.

PCB – Partido Comunista Brasileiro.

PST – Partido Social Trabalhista.

PDC- Partido Democracia Crista.

“Seria uma atitude ingênua esperar que as classes dominantes desenvolvessem uma forma de educação que proporcionasse às classes dominadas perceber as injustiças sociais de maneira crítica.”

(Paulo Freire)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPITULO. I	
AFINAL, O QUE É O POPULISMO? E SEU CONTEXTO HISTÓRICO	13
1.1 Vargas “O Pai dos Pobres” (1930 a 1945)	17
1.2 O Segundo Governo de Vargas (1951 a 1954)	20
1.3 Reabertura Política e o Crescimento do Eleitorado	22
CAPITULO. II	
POPULISMO EM ALAGOAS: DAS SUAS RAÍZES AO CONFRONTO (FORMAÇÃO ECONÔMICA, POLÍTICA E SOCIAL)	25
2.1 República Populista “Elementos de Mudanças	26
2.2 Trajetória Democrático em Alagoas – História de Conflitos	28
2.3 1945 - Reabertura Política em Alagoas.....	31
2.4 A Vitória Udenista e o Governo Arnon de Melo	32
CAPITULO. III	
TRAJETÓRIA, A CRISE DE 1957 – E O IMPEACHMENT DE MUNIZ FALCÃO	35
3.1 Eleições de 1954 – Contextos Sociais e Político.....	37
3.2 O Impeachment de Muniz Falcão – Experiência Golpista	41
3.3 A dispersão das Forças Populistas, 1960 – O Governo Luís Cavalcante	45
CONSIDERAÇÕES FINAIS	48
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	49

INTRODUÇÃO

O século XX no Brasil é marcado como sendo uma época de importantes transformações econômicas, sociais e, sobretudo de ebulição política. Não diferente disso o populismo surge em meio à crise de 1929, durante esse período várias das nações latinas vistas como portadoras de uma economia periférica viveram uma fase de desenvolvimento econômico, crescimento dos centros urbanos e a rearticulação das forças sociais, é em meio a esse contexto de transformações diversas que as práticas populistas ganham força e terreno.

A ideia do populismo é de o líder estabelecer não só laços racionais, mas emocionais com as pessoas, um estilo de governo sempre sensível às pressões populares segundo Francisco Weffort (1980), não é um sistema de governo, mas uma forma de governar. Entrando em contato com o povo através de uma linguagem simples quase que sem intermediários, gerando mais afeição pelo líder e maior influência sobre o povo, é basicamente um modo de exercer o poder tendo como característica principal a expansão da indústria e da economia capitalista.

Podemos apontar a revolução de 1930, no Brasil como sendo um marco na ascensão do populismo no país. Surge no cenário político brasileiro Getúlio Dornelles Vargas principal nome dessa forma de política, que cria e projeta sobre o país um governo centralizador, voltado para a consolidação das leis trabalhista abrindo caminho para a modernização social brasileira, carismático e sempre empenhado em aprovar leis que favoreciam os operários Getúlio Vargas é tido até os dias atuais como o maior presidente do país, que rende a ele a alcunha de pai dos pobres, medidas que o solidificaram também como um presidente populista. Mesmo com todas essas medidas a revolução de 30 não chegou a ser um movimento verdadeiramente popular, o povo participaria mais com um objeto do que como sujeito principal. A frase do governador de Minas Gerais, Antônio Carlos Andrada em 1930 – “façamos a revolução, antes que o povo a faça”, ajuda a explicar a situação política da época e deixa claro que a revolução foi um movimento das oligarquias que não se beneficiavam da política do "café-com-leite", e a significativa preocupação com a possibilidade de crescimento das agitações populares. Emoliente para curar crises de hegemonia política, essa parece ter sido a origem do populismo. No caso do Brasil (e também da América Latina), crise de hegemonia das oligarquias rurais, instalada quando “as classes médias puderam abrir a ‘crise de legitimidade’ do poder oligárquico, mas não encontraram condições para ir além dos marcos que este já havia instaurado no Estado”. WEFFORT, (1980).

Segundo Douglas Apratto Tenório (2007) o cenário político alagoano foi marcado a partir da Revolução de 1930, que assinalava o fim do estado oligárquico criado pós a proclamação da República para ceder lugar a outras forças políticas, além da oligarquia rural e burguesia urbano-comercial ligados ao setor das exportações e a ascensão da classe urbano popular emergentes com o crescimento e expansão das indústrias têxteis em Alagoas, que existiam em Fernão Velho, Saúde, Rio Largo, Penedo, São Miguel do Campos, Piaçabuçu, Pilar, Delmiro Gouveia e outros municípios alagoanos.

No primeiro capítulo abordaremos o populismo, apresentando a problematização do tema, do que se trata, e porque é um assunto tão complexo nas suas práticas políticas a sociedade, já que seria um movimento ligado a governos que possuem um grande apelo com as camadas mais pobres do local que governa, que buscaria através de um líder carismático promover o bem-estar social das classes populares, passa a ser tão rejeitado e combatido.

Discutiremos a importância de desmistificar que o Populismo tenha bandeiras políticas partidárias, é essa contradição que abrange diversas realidades a partir do projeto que cada político tenha em mente, podendo ser utilizado tanto para o bem-estar social, ou apenas como ferramenta de poder.

No segundo capítulo discutiremos sobre o populismo em Alagoas, das suas raízes ao conflito. Período da redemocratização do Brasil, que se estende de 1945 a 1964 marcado por intensas tensões e conflitos. Ocorrem no país significativas mudanças, como, a promulgação da constituição de 1946, reabertura política, a livre manifestação de pensamentos, a ampliação do direito a voto, entre outras, que interferem diretamente na conjuntura política alagoana.

Embora guarde íntima relação com as mudanças que ocorriam no País, mesmo após a reabertura política, em Alagoas o que se perpetua é o controle das famílias tradicionais do estado e manutenção da velha estrutura de produção econômica baseada na monocultura do açúcar, com o surgimento de novas figuras políticas como Silvestre Péricles de Góis Monteiro e Sebastião Marinho Muniz Falcão, se acentuam as divisões e divergência entre grupos políticos no estado, que iram nortear esse período da história.

No terceiro capítulo discorreremos a crise política de 1957, e o impeachment de Muniz Falcão, sendo necessário compreender todo o cenário político, a trajetória de Muniz até o Governo, suas alianças, a aproximação com a classe operária e PCB, e a rejeição que sempre o acompanhou desde quando era delegado do trabalho, por parte das oligarquias de alagoas, política conturbada que posteriormente se desencadearia no processo de impeachment inconstitucional e violento sofrido no governo de Muniz.

O período de crise da oligarquia e do liberalismo, atrelado a necessidade de incorporação das massas ao jogo político, faz com que a partir desses novos contextos surjam algumas figuras novas no cenário político alagoano, como Muniz Falcão e Arnon de Melo que surgem como situação e oposição, mas que estão sempre ligadas as oligarquias tradicionais do estado.

Sebastiao Marinho Muniz Falcão, governador eleito para um mandato de 5 anos em 1955, conhecido como o governador mais popular de alagoas e figura central do populismo no estado, sofreu devido a sua atuação política em defesa dos operários, um processo de impeachment deflagrado em razão de medidas que desagradam principalmente os setores tradicionais do estado, como os usineiros, processo que ocasionou um embate sangrento entre situação e oposição.

O projeto busca entender os anos de ebulição da política alagoano na segunda metade de 1950, fazendo uma análise do surgimento do populismo no Brasil e em Alagoas, sua ascensão e queda, desde a sua implementação no governo de Muniz Falcão período de maior destaque do populismo no estado de Alagoas, que contrariou os interesses dos grandes grupos econômicos para trabalhar em prol do desenvolvimento e de leis que beneficiasse os operários, destacando a participação da sociedade, o interesse da elite agraria canavieira e seu papel determinante no impeachment de Muniz Falcão. E o enfraquecimento dessa forma de governar.

CAPÍTULO I

AFINAL, O QUE É O POPULISMO? E SEU CONTEXTO HISTÓRICO.

Em seu livro clássico sobre a democracia, “*O populismo na política brasileira*”, de 1945, Francisco Weffort afirma que o populismo “é, no essencial, a exaltação do poder público; é o próprio Estado colocando-se através do líder, em contato direto com os indivíduos reunidos na massa” WEFFORT, (1989: 28). Ele acrescenta: “o populismo é sempre uma forma popular de exaltação de uma pessoa na qual esta aparece como a imagem desejada para o Estado” WEFFORT, (1989: 36).

Populismo se configura como um conceito amplo, uma política que se relaciona com distintas teorias, fenômeno vinculado à proletarização dos trabalhadores na sociedade. Ela teria início em 1930, quando eclode o movimento militar liderado por Vargas, até 1964, com o Golpe Militar. Simplificando, pode-se dizer que o populismo é o produto de um longo processo de transformação da sociedade brasileira.

É “um conceito com um dos mais altos graus de compartilhamento, plasticidade e solidificação” no espaço acadêmico das ciências sociais e históricas e no âmbito de uma cultura política nacional. Segundo IANNI (1991, p.18)¹, tanto nos EUA, como em países africanos, asiáticos e europeus, ocorreram “movimentos de massas, partidos políticos e governos que os estudiosos de sociologia, política, economia e história denominam populistas”. Na América Latina, o populismo começou a ser seriamente estudado nos anos 1950, com o surgimento dos primeiros trabalhos sobre o tema; mas somente nos anos 60 é que estes trabalhos tiveram uma melhor abordagem teórica. Em alguns deles, o populismo é explicado:

Pela ausência ou escassez de canais de agregação de interesses e de participação classista, permitindo a líderes carismáticos se apossarem do poder e utilizar as massas disponíveis para sustentá-lo, sem que haja, no processo decorrente, espaço político para que evolua a livre representação dos interesses de classe. DULCI, (1986, p. 24).

Para compreender o populismo é necessário entendê-lo como uma forma de governar, cada chefe de Estado comanda a sua maneira, a depender das necessidades e da situação política de cada país. O que se assemelha em seus respectivos governos é a personificação do Estado, passando por cima das instituições políticas buscando uma ligação direta com as massas, centralizando o poder na sua figura carismática.

¹ Ianni, Octavio. A formação do estado populista na América Latina. 2 ed. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 1991.

Também na América Latina, o populismo se refere a situações históricas diferentes ocorridas em vários países; em alguns países, os líderes populistas chegaram ao poder e, em outros, jamais o alcançaram. De forma geral, denominam-se populistas os governos de Getúlio Vargas (1930-1945/1951-1954) e o de João Goulart (1961-1964) no Brasil, o de Juan Domingo Perón (1946-1955) na Argentina, o de Lázaro Cárdenas (1934-1940) no México, o de Victor Paz Estensoro (1952-1956/1960-1964) e Hernán Siles Zuazo (1956-1960) na Bolívia, o de José María Velasco Ibarra (1934-1935/1944-1947/1952-1956/1961 e 1968-1972) no Equador, além de também serem considerados como populistas os movimentos políticos apristas (APRA-Peru, liderado por Victor Raul Haya de la Torre) e o gaitanismo (Colômbia, liderado por Jorge E. Gaitán), que nunca chegaram ao poder. PRADO (1981, p.9).

No México destacaremos Lázaro Cárdenas, seu período é considerado segundo Maria Ligia Prado, a expressão mais clara e límpida do populismo mexicano. Cárdenas estreou na vida política ainda durante a “Revolução Mexicana”, quando em 1913 aderiu ao exercito revolucionário; liderados por Emiliano Zapata e Francisco Villa a revolução é considerada o primeiro grande movimento que lutou em prol das camadas populares, teve como objetivo de luta a revalorização da cultura indígena e a reforma agrária, já que boa parte dos seus adeptos eram camponeses. O movimento também foi responsável pela renúncia do então presidente Porfírio Díaz, decretando o fim da ditadura porfirista.

A pauperização no campo, a perda das terras, a opressão dos grandes proprietários sancionada pelo Estado porfirista atuaram como estopim responsável pela participação camponesa na revolução. Seus grandes líderes, Emiliano Zapata e Francisco Villa elaboraram planos em que suas reivindicações estavam explícitas: terra para os despossuídos. PRADO (1981, p. 14).

A atuação de destaque de Lázaro Cárdenas o possibilitou ser presidente do Partido Nacional Revolucionário, onde em 1934 seria eleito presidente do México. Seu mandato a frente do governo mexicano pautou-se pela tentativa de estimular a modernização da sociedade e de atender as reivindicações que foram exigidas durante a revolução, uma delas e sua principal bandeira, a realização da reforma agrária no país com o intuito de distribuir terras aos camponeses, além da nacionalização do setor industrial.

Cárdenas buscava estreitar laços e conquistar apoio juntos a essas classes sociais, fortalecendo a sua imagem contra os grandes capitalistas locais e estrangeiros. Alguns historiadores divergem da ideia de que Cárdenas seja um populista, pois esse não colocaria o Estado à frente da luta de classes, afirmava a existência de um luta e posicionava-se ao lado dos trabalhadores, porém a sua postura autoritária e centralizadora o aproximam desse modelo de governo.

Na Argentina, populista apresenta um quadro muito mais conflitivo. Juan Domingo Perón foi um militar e político argentino, tendo ocupado a presidência em três mandatos. Sua forma de governar e doutrina política é conhecida como peronismo. Sua vida publica começa

a partir de 1943, ano em que participou do complô militar que destituiu o presidente Ramon Castillo do poder. Como membro do novo governo, chefiou o Departamento Nacional do Trabalho e Bem-Estar Social onde conquistou a admiração dos trabalhadores, através da sua política ativa de proteção a essa classe, com a apresentação e cumprimento de diversas leis trabalhistas.

Em 1945 o governo a qual Perón fazia parte sofrera também um golpe, e o mesmo acabaria preso devido a sua atuação na pasta do trabalho e popularidade que construirá no país. Após sua prisão líderes sindicalistas se manifestaram, exigindo sua libertação, manifestações que também seria organizada Maria Eva Duarte de Perón, sua futura esposa que gozava de imenso prestígio e admiração junto ao povo argentino. Depois de solto, Perón discursou para cerca de 300 mil pessoas, e suas palavras também foram retransmitidas por rádio. Dessa forma surgiu o maior líder político da nação Argentina.

Por outro lado, Perón desenvolvia uma política trabalhista com a finalidade de desarticular os sindicatos mais politizados, combatidos e independentes frente ao governo (anarquistas, socialistas e comunistas), através dos mais variados meios – da cooptação a violência.

No Brasil, mais especificamente,

O “populismo”, como categoria explicativa, teve a função de responder a uma pergunta inquietante: por que os trabalhadores manifestaram apoio a Getúlio Vargas durante o Estado Novo e quais as razões que os levaram, entre 1945 e 1964, a apoiar líderes trabalhistas e votar no PTB? Em torno da pergunta, formulações de vários matizes surgiram, sendo as mais disseminadas as que aludem à manipulação dos trabalhadores, sempre desviados de um caminho que se queria ideal, e a uma postura antiestatal, sempre condenadora do Estado e vitimizadora da sociedade FERREIRA, (2001, p. 8).

Um fator recorrente nas análises clássicas sobre o fenômeno do populismo é a percepção de um suposto caráter imaturo, e inconsciente dos trabalhadores, sendo assim não estão organizados e participando da política como classe, seriam facilmente manipulados pelos políticos considerados populistas na manutenção dos seus interesses.

A ideia de populismo na luta política tem sido usada com aspecto nitidamente pejorativo, a direita e a esquerda. Partidos com direcionamento a direita adjetivam o populismo como demagogia, corrupção, paternalismo, irresponsabilidade entre outros, indicando uma certa repugnância ao povo. Já na luta política a esquerda também tende a pensar o populismo de uma forma negativa, um desvio de consciência crítica e transformadora, sendo visto como uma forma de manipulação das Classes populares.

Segundo Angela de Castro Gomes² As massas, interpeladas pelo populismo, são originárias do proletariado, mas dele se distinguem por sua inconsciência das relações de espoliação sob as quais vivem. Só a superação desta condição de massificação permitiria a libertação do populismo ou, o que seria quase o mesmo, a aquisição da verdadeira consciência de classe. GOMES (1996. P. 4);³

Vale notar que ora se considerava o proletariado sujeito da história e classe responsável pelo papel histórico da transformação, ora fraco, sem consciência política e manipulável por líderes populistas, o que legitimava a necessidade de uma vanguarda esclarecida.

É preciso destacar as massas, termo utilizado para se referir a parcela da população, cujo os objetivos estão contrapostos aos da elite dominante, uma classe operaria existente no país que mesmo antes de 1930, já se organizava através de greves em busca de melhorias nas condições de trabalho e de vida.

A expressão populismo é, inicialmente muito vaga. É um tema controverso e complexo, que recebeu várias interpretações e suscitou muitas polemicas a depender do entendimento. Seja por incompletude ou por “má” compreensão, qualquer texto sobre o assunto será alvo fácil para críticas de todas as espécies. Enquanto um determinado estilo político, ou numa determinada realidade social. O Populismo não conta com uma elaboração teórica organizada e sistemática, não se trata de uma doutrina precisa, mas um fenômeno que atinge uma massa delimitada.

Para Weffort, o populismo foi um fenômeno político que assumiu muitas facetas o que o tornou difícil de fazer uma referência a um conjunto de movimento que englobe toda a sua diversidade. é algo mais complicado que a mera manipulação das massas, e sua complexidade política não faz mais que ressaltar a complexidade das condições históricas em que se forma. Justamente por não ter partido, transita em diferentes governos. Assim, o termo “populista” passou a ganhar espaço na mídia e é utilizado por atores de diferentes ideologias, moldando-se aos objetivos e atributos que cada um pretendia enfatizar.

“O populismo foi um modo determinado e concreto de manipulação das classes populares, mas foi também um modo de expressão de suas insatisfações. Foi, ao mesmo tempo, uma forma de estruturação do poder para os grupos dominantes e a principal forma de expressão política da emergência popular no processo de desenvolvimento industrial e urbano. Foi um dos mecanismos através dos quais os grupos dominantes exerciam seu domínio, mas foi também uma das maneiras através das quais esse domínio se encontrava potencialmente ameaçado. Esse estilo

² Professora Titular de História do Brasil, Universidade Federal Fluminense, UFF.

³ Gomes, Ângela de Castro. O populismo e as ciências sociais: Notas sobre a trajetória de um conceito. Tempo, Rio de Janeiro, vol. 1, n.º. 2, 1996, p. 31-58.

de governo e de comportamento político é essencialmente ambíguo e, por certo, deve muito à ambiguidade pessoal desses políticos divididos entre o amor ao povo e o amor ao poder". WEFFORT, (1980, p. 62).

O populismo consiste num fenômeno político típico de uma “era de transição”, entre as antigas oligarquias agrárias-latifundiárias e a ascensão de novas estruturas econômicas e políticas emergentes, fruto do crescimento do proletariado urbano-industrial mais modernos que vão aparecer não só no Brasil, mas também extensivo na história da América Latina através do populismo normalmente atrelado ou associado as lideranças de estilo de Lázaro Cárdenas no México; Perón, na Argentina, e Getúlio Vargas no Brasil, líderes carismáticos e de personalidade marcante na historia de cada um de seus países, onde no caso brasileiro esse populismo começou a assumir seus contornos mais definidos depois da “Revolução de 30”, que não foi uma verdadeira “Revolução” mais sim um “golpe de estado” dado pelos tenentistas contra a República Velha, instaurando um novo momento histórico econômico e geopolítico no país:

“O populismo assumiu contornos definidos depois de 1930, e desapareceu virtualmente quando da implantação do regime conservador, após o golpe de 1964. De resto (...) o golpe referido foi exatamente para conter o avanço populista, o qual chegou a romper as barreiras da hierarquia militar e avançou seriamente (...) os privilégios tradicionais do capital estrangeiro em nosso país. O fim do populismo depois de 1964 deveu-se em muito as divisões internas que ele passou a sofrer, quando se esgotaram as possibilidades de usá-lo como um instrumento capaz de manter as forças políticas antagônicas em situação de equilíbrio” LOPEZ (1983 p.6516).

1.1 VARGAS “O PAI DOS POBRES”

A figura de Getúlio Vargas, principal nome dos presidentes considerados populistas, é alicerçada no grande prestígio popular que construiu durante a ditadura Governo Provisório (1930-1934), Governo Constitucional (1934-1937) e Estado Novo (1937-1945), período anterior a “República Democrática”, é inegável a sua importância para o país.

Político habilidoso, Vargas leva os militares ao comando dos Estados e em posições centrais, mas granjeia apoios, alia-se - ao mesmo tempo - às forças agrárias e à incipiente burguesia industrial, manda queimar o café para sustentar os preços e reembolsa os produtores para que investissem na indústria, inaugura “A Voz do Brasil”, programa radiofônico diário em horário nobre e cadeia nacional, no qual, por uma hora, o governo falava diretamente ao povo, reiterando que entendia seus problemas e prometendo solução, estimulou os sindicatos, consolidou as leis do trabalho sob inspiração italiana, criou institutos de saúde, aposentadoria

e pensões por corporação. Suas medidas eram formuladas por intelectuais e outorgadas ao povo junto ao qual construiu o modelo de “pai dos pobres”.

Sabemos que uma das principais bandeiras da Era Vargas é constituída como o trabalhismo varguista, uma ideia criada através da propaganda de que Getúlio era um provedor de benesses trabalhistas e sociais.

A concessão dos direitos trabalhistas, obtidos através da CLT – Consolidação das Leis do Trabalho, e de uma política de aproximação seriam um dos principais braços de sustentação do governo, e para difundir esses referidos benefícios oferecidos pelo Estado, Vargas ira se utilizar do DIP - Departamento de Imprensa e Propaganda, citado no texto como a Voz do Brasil, será informado aos trabalhadores os seus principais feitos, ao mesmo tempo censura as críticas a seu respeito. Compreendemos assim uma das tantas manobras utilizadas por Getúlio no que se refere à aproximação estreita com grande parte da população brasileira, sobretudo as classes subalternas.

Em Alagoas o “período” de 1930 foi marcado também pela polarização política e ideológica, de um lado grupos de correntes de esquerda e do outro da direita que foram influenciados também pelo clima internacional – Revolução Russa, e a ascensão do Fascismo e do Nazismo – assim como no ambiente nacional agitado, aqui em Alagoas em 1935 foram eleitos três deputados estaduais: José Maria Cavalcante, Moacir Rodrigues Andrade e André Papini Góis, pelo Partido Comunista do Brasil e em 1933 foi fundado o Núcleo Integralista de Alagoas com apoio de José Lins do Rego, (que na época morava em Maceió, numa casa vizinha ao atual museu Théo Brandão, na Avenida da Paz) e Moacir Soares Palmeira, que organizavam a vinda de Plínio Salgado a Maceió cuja liderança do citado movimento fosse assumida pelo advogado Afrânio Lages, cuja família Góis Monteiro (mesmo com as suas divisões internas) vão influenciar profundamente todos os setores e o cotidiano político das Alagoas, afinal de contas, eles, Ismar e Edgar de Góis Monteiro assumirão diretamente o governo de Alagoas, além da figura de Osman Loureiro que também assumiu o governo das Alagoas, sendo apoiado por eles.

“... O general Góis Monteiro, mesmo sem pisar em Alagoas, passou a ser o grande arbitro da política local. Filho de um proprietário de engenho de açúcar (de São Luiz do Quitunde – o grifo é nosso) o general Pedro Aurélio foi o mais importante militar do governo chefiado por Getúlio Vargas durante quase duas décadas. Ele era um “poderoso manipulador da política de sua terra natal, por meio de sua família, influencia de tal modo na vida local que Alagoas chegou a ser apelidada de Alagóis”. Graças a essa relação privilegiada, os irmãos Pedro, Ismar, Edgar e Silvestre Péricles tiveram presença decisiva na política alagoana entre 1930 e 1951, tanto no período getulista, do Estado Novo, no regime democrático, quando Silvestre exerceu o cargo de governado entre 1947/51”. CARVALHO (2016, p.293).

Getúlio Vargas certamente compreendeu os problemas que se apresentavam e a conjuntura histórica de seu tempo. Desta forma, é perceptível que Vargas entrou para a História não só pelos seus feitos, mas também pela possibilidade que teve de, em uma ditadura, forjar seu discurso sem vozes dissonantes. Porém, como já mencionado, esse é um ponto que não pode ser esquecido, é que Vargas governou o país durante oito anos sob o jugo de uma violenta ditadura. Ainda assim consegue se sobrepôr ao ostracismo que a que fora lançado em 1945, de modo a influenciar na eleição de Eurico Gaspar Dutra e depois voltar a presidência em 1950.

Em maio de 1950, o ex-presidente define sua candidatura pelo PTB à Presidência da República, iniciando em 9 de agosto sua campanha eleitoral. São norteados, principalmente, por promessas de reformas sociais e da política econômica, sendo a última largamente baseada em críticas ao governo Dutra e respaldada na busca pelo desenvolvimento da infraestrutura na chamada Questão Nacional. O clamor nacionalista desperta uma esperança de melhoria na qualidade de vida por parte das camadas mais pobres, e também de classe média da sociedade, impulsionando sua candidatura e culminando em sua vitória.

Brasileiros,⁴

Ao deixar o recinto do Congresso Nacional, onde ao lado do ilustre vice-presidente da República, Sr. Café Filho, meu companheiro de campanha e de governo, prestei o compromisso legal de servir ao Brasil, às suas instituições livres e aos seus interesses supremos, o meu primeiro desejo foi dirigir-me ao povo para participar do seu contentamento e comungar das suas esperanças. Eleito a 3 de outubro como o candidato do povo, aspiro e espero governar como o presidente do povo. D'ARAÚJO (2011, p.672).

1º de Maio de 1951⁵

Esta festa de 1º de maio tem para mim e para vós uma expressão simbólica: é o primeiro dia do encontro entre os trabalhadores e o novo governo. E é com profunda emoção que retorno ao vosso convívio, neste ambiente de regozijo e de festa nacional, em que nos revemos uns aos outros a céu aberto e em que o governo fala ao povo de amigo para amigo, na linguagem simples, leal e franca com que sempre vos falei. [...]

Quando me retirei da vida pública e passei anos esquecido pelos que me festejavam no poder, vós, trabalhadores, nunca me esquecestes; e ali, na minha solidão, não me chegava apenas o eco distante dos vossos anseios e dos vossos direitos conspurcados, mas também o apelo dos vossos corações e a imagem dos vossos rostos cansados da labuta quotidiana, voltados para mim, num gesto comovedor de esperança e de saudade.

Aqui estou novamente ao vosso lado, e quero dar-vos a certeza de que, hoje como ontem, estarei convosco. E é convosco que pretendo reconstruir o Brasil de amanhã. D'ARAÚJO (2011, p.676).

⁴ Pronunciado de Vargas no Palácio Tiradentes -31/01/1951, logo após tomar posse como presidente eleito da República.

⁵ Discurso pronunciado no Estádio de São Januário – Rio de Janeiro, 01/05/1951 na comemoração do Dia do Trabalho, vista como expressão simbólica de seu reencontro com os trabalhadores.

Figura 1 - Jornal de Noticia



Fonte – Blog da Biblioteca Nacional – Jornal de Notícias - 1951.

1.2 O SEGUNDO GOVERNO DE VARGAS (1951-1954)

O segundo Governo Vargas (1951-1954) foi muito bem recebido pela classe trabalhadora, em contrapartida proporcionou intensa insatisfação dos setores da elite conservadora, interessada numa política liberal, contrários à política de amplo controle estatal promovida por ele. O Governo foi caracterizado por muitas crises políticas e pressões, sobretudo, da União Democrática Nacional (UDN), o Udenismo é a maneira como é determinado um grupo político conservador no Brasil. Entre algumas de suas principais características estão: a restrição a participação popular na política; o antigetulismo; o elitismo; o liberalismo econômico; o moralismo; o antiestatismo; o bacharelismo e o anticomunismo. Particularidades que nos ajudam a compreender a algumas de suas praticas, como: a recusa de resultados nas eleições e as recorrentes tentativas de Golpes.

Partido que se dedicou em destituí-lo do poder, em 1945, bem como em impedir sua posse após a vitória nas eleições de 1950. Nesse sentido, um dos principais meios utilizados para que a oposição agisse contra o presidente, foi à imprensa, em especial, o jornal Tribuna da Imprensa, de propriedade do jornalista Carlos Lacerda, filiado à UDN desde sua fundação,

em 1945. Para combater ou, pelo menos atenuar sua atuação, Vargas tinha ao seu lado o jornal Última Hora, de propriedade de Samuel Wainer, jornal que foi criado a pedido do próprio presidente. Suas forças para se manter no poder foram se mostrando insuficientes diante dos ataques sofridos pela oposição. Chegando ao ponto máximo em agosto de 1954, tendo um investimento mais pesado, por parte de Lacerda nos ataques diretos ao Presidente, principalmente após o atentado praticado contra sua vida, acabou levando ao precoce fim de seu governo, quando Vargas tirou sua própria vida, gerando uma grande comoção coletiva no Brasil, sendo acompanhada de perto pela imprensa e divulgada nacionalmente nos Pais. Sob o título “Matou-se Vargas”! O jornal Última Hora, noticia a trágica morte do Presidente. Seguido de sua carta testamenta, onde descreve seu último discurso ao povo carregado de emoção, num gesto populista por assim dizer;

Figura 2 - Jornal Última Hora



Fonte: Blog da Biblioteca Nacional – Jornal Última Hora - 1954

Carta Testamento

“Mais uma vez as forças e os interesses contra o povo coordenaram-se e se desencadeiam sobre mim. Não me acusam, insultam; não me combatem, caluniam; e não me dão o direito de defesa. Precisam sufocar a minha voz e impedir a minha ação, para que eu não continue a defender, como sempre defendi o povo e principalmente os humildes. Sigo o destino que me é imposto. Depois de decênios

de domínio e espoliação dos grupos econômicos e financeiros internacionais, fiz-me chefe de uma revolução e venci. Iniciei o trabalho de libertação e instaurei o regime de liberdade social. Tive de renunciar. Voltei ao governo nos braços do povo. A campanha subterrânea dos grupos internacionais aliou-se à dos grupos nacionais revoltados contra o regime de garantia do trabalho. A lei de lucros extraordinários foi detida no Congresso. Contra a Justiça da revisão do salário mínimo se desencadearam os ódios. Quis criar a liberdade nacional na potencialização das nossas riquezas através da Petrobras, mal começa esta a funcionar a onda de agitação se avoluma. A Eletrobrás foi obstaculada até o desespero. Não querem que o povo seja independente. Assumi o governo dentro da espiral inflacionária que destruíra os valores do trabalho. Os lucros das empresas estrangeiras alcançavam até 500% ao ano. Nas declarações de valores do que importávamos existiam fraudes constatadas de mais de 100 milhões de dólares por ano. Veio à crise do café, valorizou-se nosso principal produto. Tentamos defender seu preço e a resposta foi uma violenta pressão sobre a nossa economia a ponto de sermos obrigados a ceder. Tenho lutado mês a mês, dia a dia, hora a hora, resistindo a uma pressão constante, incessante, tudo suportando em silêncio, tudo esquecendo e renunciando a mim mesmo, para defender o povo que agora se queda desamparado. Nada mais vos posso dar a não ser o meu sangue. Se as aves de rapina querem o sangue de alguém, querem continuar sugando o povo brasileiro, eu ofereço em holocausto a minha vida. Escolho este meio de estar sempre convosco. Quando vos humilharem, sentireis minha alma sofrendo ao vosso lado. Quando a fome bater à vossa porta, sentireis em vosso peito a energia para a luta por vós e vossos filhos. Quando vos vilipendiarem, sentireis no meu pensamento a força para a reação. Meu sacrifício vos manterá unidos e meu nome será a vossa bandeira de luta. Cada gota de meu sangue será uma chama imortal na vossa consciência e manterá a vibração sagrada para a resistência. Ao ódio respondo com perdão. E aos que pensam que me derrotam respondo com a minha vitória. Era escravo do povo e hoje me liberto para a vida eterna. Mas esse povo, de quem fui escravo, não mais será escravo de ninguém. Meu sacrifício ficará para sempre em sua alma e meu sangue terá o preço do seu resgate. Lutei contra a espoliação do Brasil. Lutei contra a espoliação do povo. Tenho lutado de peito aberto. O ódio, as infâmias, a calúnia não abateram meu ânimo. Eu vos dei a minha vida. Agora ofereço a minha morte. Nada receio. Serenamente dou o primeiro passo no caminho da eternidade e saio da vida para entrar na história. “(Rio de Janeiro, 24/08/54 - Getúlio Vargas).

Para compreender a vertente populista é preciso, quase que necessário, destacar as passagens marcantes de Vargas nesse período, pois ele inicia esse processo no Brasil, e será a principal referência daqueles que viram, que se tornaram herdeiros desse modo de fazer política, que ira seguir por toda a Republica Democrática ate o Golpe de 1964.

1.3 REABERTURA POLÍTICA E O CRESCIMENTO DO ELEITORADO.

O Brasil na “Republica Democrática”, recém-saído de uma ditadura, era um país que tinha um crescimento democrático enorme, o que significaria uma grande participação eleitoral do povo, a partir da constituição de 1946, da reabertura política e dos direitos constitucionais principalmente em relação ao Voto.

Costuma-se dizer entre historiadores e estudiosos que a marca desse período já a partir de 1946 é a entrada da classe trabalhadora ou operária no cenário político, que se dá justamente via eleitoral. Com a reabertura política, e o advento das eleições, o Brasil passaria

por uma fase de transição, deixando de ser uma sociedade atrasada e rural, para se tornar moderna urbano-industrial; Era esse o cenário perfeito para um estilo de governo chamado de populista, aproveitando-se da ingenuidade do povo, principalmente aqueles que advém do fenômeno das migrações do campo para a cidade. Seriam conduzidos facilmente por líderes carismáticos com poder de mobilização. Porém essa tese tradicional viria a ser contestada.

É possível perceber que nos estudos atuais sobre o período, tanto no sentido político como no acadêmico o populismo tem sido cada vez mais criticado, por algumas correntes que tem acentuado a necessidade de reavaliar e de valorizar a experiência da classe trabalhadora, que teriam sido principalmente entre 1946 a 1964, agentes ativos e atuantes nesse processo, contrariando uma ideia de uma classe manipulada, substituindo até em alguns trabalhos a palavra populismo é substituída por trabalhismo.

As eleições não eram um processo novo Brasil, mesmo que de forma indireta, constituintes já eram votadas desde 1822, no período do império. Porém, há uma forte mobilização eleitoral em 1945. Em menos de seis meses, se tomarmos a promulgação da Lei Agamenon (28/5/1945)⁶ como o ponto de partida, pouco mais de 7,4 milhões de eleitores foram alistados, o que representava 16% da população em idade de votar. O contraste com a participação nas eleições anteriores é significativo. Nas eleições presidenciais de 1930, o eleitorado inscrito não alcançara 2,5 milhões ou 5,7% da população adulta. Nas tabelas abaixo é possível verificar o crescimento desse eleitorado; 1º Figura comparativo entre 1934/1945; 2 Figura dados desse crescimento por estado, tanto na capital como no interior destacando inscrição, comparecimento e abstenção;

⁶ Lei de Agamenon - É como ficou conhecido o Decreto-Lei nº 7.586, de 28 de maio de 1945, que sem estabelecer expressamente a Justiça Eleitoral, criou, como órgãos dos serviços eleitorais, aqueles mesmos de 1932 – um Tribunal Superior, com sede na capital da República; um Tribunal Regional, na capital de cada estado e no Distrito Federal; juízes eleitorais nas capitais, comarcas, termos e distritos. A exemplo do Código de 32, a qualificação se dava por iniciativa do cidadão ou ex officio.

Figura 3 - Dados do Crescimento Eleitoral

BIBLIOTECA DO SENADO FEDERAL

I. — ELEIÇÕES REALIZADAS EM 2 DE DEZEMBRO DE 1945

1. — Crescimento do eleitorado brasileiro, segundo as Unidades da Federação, relativo aos anos de 1934 e 1945

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	1934	1945	PORCENTAGEM DE AUMENTO
Acre.....	1.968	6.895	350%355
Amazonas.....	4.389	31.948	727%910
Pará.....	28.090	159.395	549%827
Maranhão.....	12.432	109.101	877%582
Piauí.....	10.462	132.455	434%592
Ceará.....	30.478	369.550	1.212%513
Rio Grande do Norte.....	18.959	131.560	693%913
Paraíba.....	29.664	175.634	592%077
Pernambuco.....	69.318	321.736	464%144
Alagoas.....	23.742	82.068	345%665
Sergipe.....	23.460	97.089	413%649
Bahia.....	91.118	440.621	483%571
Espírito Santo.....	29.731	122.281	411%291
Rio de Janeiro.....	69.522	383.100	551%048
Distrito Federal.....	84.892	549.353	647%119
São Paulo.....	290.074	1.688.598	564%608
Paraná.....	34.844	229.672	659%143
Santa Catarina.....	36.137	248.086	685%566
Rio Grande do Sul.....	231.194	753.262	325%805
Minas Gerais.....	511.274	1.231.251	395%425
Goiás.....	13.114	103.079	639%635
Mato Grosso.....	8.788	59.121	672%746
BRASIL.....	1.406.700	7.425.825	506%825

Fonte. Biblioteca do Senado Federal - 1950

Figura 4 - Inscrição, Comparecimento e Abstenção.

I — ELEIÇÕES REALIZADAS EM 2 DE DEZEMBRO DE 1945.

2. — Inscrição, comparecimento e abstenção do eleitorado brasileiro.

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	ELEITORES INSCRITOS						TOTAL	VOTARAM	DEIXARAM DE VOTAR
	CAPITAL			INTERIOR					
	EX-OFÍCIO	A REQUERIMENTO	SOMA	EX-OFÍCIO	A REQUERIMENTO	SOMA			
Amazonas.....	7.190	10.082	17.272	1.448	13.228	14.676	21.948	24.222	7.726
Pará.....	21.949	43.000	64.949	5.833	88.613	94.446	159.395	123.474	35.921
Maranhão.....	8.662	8.553	17.215	4.207	87.679	91.886	109.101	75.497	33.604
Piauí.....	—	—	—	—	—	—	132.455	113.831	18.624
Ceará.....	17.843	34.106	51.949	12.727	204.874	217.601	369.550	291.739	77.811
Rio Grande do Norte.....	3.150	13.573	17.723	7.735	106.502	114.237	131.560	107.273	24.287
Paraíba.....	7.658	11.376	19.034	9.259	147.341	156.600	175.634	150.396	25.238
Pernambuco.....	44.700	42.609	87.309	23.177	211.250	234.427	321.736	269.955	51.781
Alagoas.....	9.053	10.964	20.017	9.550	52.501	62.051	82.068	67.959	14.109
Sergipe.....	8.950	9.856	18.806	5.952	72.331	78.283	97.089	81.328	15.761
Bahia.....	32.638	51.548	84.186	43.604	312.831	356.435	440.621	357.621	83.000
Espírito Santo.....	8.266	12.035	20.301	10.156	91.824	101.980	122.281	107.161	15.120
Rio de Janeiro.....	24.147	23.797	47.944	97.187	237.969	235.156	383.100	324.717	58.383
São Paulo.....	309.671	344.659	654.330	248.322	785.946	1.034.268	1.688.598	1.395.670	292.928
Paraná.....	24.655	26.314	50.969	25.083	153.620	178.703	229.672	195.708	33.964
Santa Catarina.....	5.427	11.241	16.668	42.550	188.868	231.418	248.086	216.817	31.269
Rio Grande do Sul.....	55.627	60.431	116.058	102.236	434.938	637.174	753.262	625.840	127.392
Minas Gerais.....	36.192	55.273	91.465	144.042	995.744	1.129.786	1.231.251	1.014.064	217.187
Goiás.....	2.403	7.170	9.573	5.227	88.279	93.506	103.079	83.012	20.067
Mato Grosso.....	2.359	9.717	12.076	6.920	40.125	47.095	59.121	45.839	13.282
Distrito Federal.....	297.123	252.230	549.353	—	—	—	549.353	496.771	52.582
BRASIL.....	928.263	1.038.534	1.966.797	805.215	4.514.463	5.319.678	7.418.930	6.168.954	1.249.976

Fonte. Biblioteca do Senado Federal - 1950

CAPÍTULO II – POPULISMO EM ALAGOAS: DAS SUAS RAÍZES AO CONFRONTO (FORMAÇÃO ECONÔMICA, POLÍTICA E SOCIAL).

Alagoas teve desde o início a sua formação ligada ao cultivo da cana-de-açúcar, modelo que surge no sistema colonial, e interfere diretamente na formação econômica, social e cultural do povo alagoano. Emerge no Estado uma sociedade patriarcal⁷, senhores de terras e engenhos que se perpetuariam no poder ao longo dos anos, através de alianças familiares que sustentariam e dariam continuidade aos seus projetos pessoais de poder e controle de determinada região.

Nas terras onde não existiam até então sinais de metais preciosos, como ouro, o principal foco da coroa portuguesa, existia a necessidade de se gerar riquezas, explorar as localidades e expulsar alguns piratas e invasores que contestavam o “Tratado de Tordesilhas” (1494)⁸, essas foram as justificativas para a implementação de um modelo econômico que pudesse gerar riquezas, povoar e manter o controle da região.

É nesse cenário que irá se formar a sociedade alagoana, território que apresenta paisagens construídas por diversos contrastes e biomas, solos férteis banhados por rios e lagoas, um clima perfeito para a economia implantada na região, como a cana-de-açúcar, a pecuária e a extração do pau Brasil.

A formação territorial de Alagoas deve ser compreendida no quadro de ocupação do Nordeste, condicionada por necessidades militares, como defesa do território contra os estrangeiros, a expulsão dos índios e o combate aos quilombos; e fatores econômicos como a produção do açúcar, exploração das matas e criação de gado. Esta combinação de elementos constituiu uma sociedade agrária “no quadro de uma estrutura social escravocrata e patriarcal” DIÉGUES (1971, p.30).

Segundo Cícero Péricles, “desde então, na medida em que crescia a população, as sesmarias⁹ foram se subdividindo, outras áreas foram sendo doadas, registrando novas concessões que ajudavam a moldar a ocupação territorial de Alagoas, com mais engenhos, canaviais e escravos, e a pecuária com sua vasta extensão de terra, marcando, nos séculos seguintes a economia e a sociedade. CARVALHO (2021, p. 23).

⁷ Patriarcado é um sistema social em que homens mantêm o poder primário e predominam em funções de liderança política, autoridade moral, privilégio social e controle das propriedades.

⁸ O Tratado de Tordesilhas foi um acordo feito entre os reinos de Portugal e Espanha, em 7 de junho de 1494, que definiu os limites das áreas de exploração entre ambos na América do Sul.

⁹ Sesmarias eram terrenos abandonados pertencentes a Portugal e entregues para ocupação, primeiro no território português e, depois, na colônia, o Brasil, onde perdurou de 1530 até 1822.

A medida em que Alagoas se desenvolvia, existia a necessidade de modernização desse processo agrário, devido a vários fatores, como: produção de péssima qualidade, proibição do trabalho escravo, concorrência nas Antilhas e a necessidade de fortalecer o produto no mercado Internacional. Entretanto há uma resistência por parte dos senhores de engenhos em transformar os seus banguês¹⁰ em usinas, pois esses senhores temiam perder o controle sobre a produção. O que reforça a relação de poder que os mesmos exerciam no Estado.

Em 1922, depois de três décadas de resistência, o velho engenho banguê dá lugar à moderna empresa industrial. Essa revolução corresponde a duas outras mudanças. A primeira se dá com a substituição do trabalho escravo pelo assalariado, estabelecendo uma nova relação entre empresa e empregado. A segunda, com a diferenciação entre usineiros e plantadores de cana. CARVALHO (2021, p.59),

Nesse processo é necessário ressaltar a importância do Algodão, e sua ampla influência na formação regional, “por mais de um século a produção algodoeira e das fábricas de tecido mostram que a história de Alagoas não é exclusiva da cana-de-açúcar e de seus engenhos banguês.¹¹

2.1 REPÚBLICA POPULISTA “ELEMENTOS DE MUDANÇAS”

Conhecido como República Populista ou Democracia Populista, foi um período da História do Brasil pós Estado Novo que se estendeu de 1945 a 1964, marcada por intensas tensões políticas, sociais e econômicas. Apesar de existir a palavra Democracia, a relação entre políticos e sociedade será marcada pela demagogia, pela liderança forte e por uma relação direta entre os eleitores e figuras políticas importantes, destacamos, Eurico Gaspar Dutra (1946 – 1951), Getúlio Vargas (1951 – 1954), Juscelino Kubitschek (1956 – 1961) e Joao Goulart (1961 – 1964).

As transformações significativas na sociedade marcaram época, encerrando o Estado Novo e iniciando um período de mudanças profundas alicerçadas inicialmente na promulgação da Constituição de 1946. Um de seus principais aspectos foi a retomada da Democracia após o fim do autoritarismo do regime anterior, podemos destacar a abolição da censura, estabelecendo a liberdade de manifestações de ideias, a garantia a liberdade de formação de associações (Sindicatos) desde que não fossem para objetivos ilícitos.

¹⁰ Engenho de açúcar, de sistema antigo, movido a tração animal.

¹¹ LESSA, 2008

Art. 141 - A Constituição assegura aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade dos direitos concernentes à vida, à liberdade, a segurança individual e à propriedade, nos termos seguintes:

§ 1º Todos são iguais perante a lei.

§ 2º Ninguém pode ser obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.

§ 3º - A lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada.

§ 4º - A lei não poderá excluir da apreciação do Poder Judiciário qualquer lesão de direito individual.

§ 5º - É livre a manifestação do pensamento, sem que dependa de censura, salvo quanto a espetáculos e diversões públicas, respondendo cada um, nos casos e na forma que a lei preceituar pelos abusos que cometer. Não é permitido o anonimato. É assegurado o direito de resposta. A publicação de livros e periódicos não dependerá de licença do Poder Público. Não será, porém, tolerada propaganda de guerra, de processos violentos para subverter a ordem política e social, ou de preconceitos de raça ou de classe.

Com Getúlio Vargas deposto em 29 de Outubro de 1945 por um movimento militar liderados por generais que compunham seu próprio ministério, dar-se início a um período de rupturas, porem traz consigo vícios e significativas permanências que estarão sobrepostas em suas práticas sociais, sobretudo políticas, como o Movimento Queremista, (movimento popular surgido em maio de 1945 no Rio de Janeiro, com o objetivo de lutar pela permanência de Getúlio Vargas na presidência da República. Seu nome originou-se do slogan “Nós queremos Getúlio”, a manutenção das estruturas burocráticas desenvolvidas anteriormente, entre outros aspectos que se perpetuaram.

Sob a perspectiva de serem tomadas novos rumos na política nacional, a experiência democrática avançava, o eleitorado crescia imensamente nas cidades e no campo e o controle do governo sobre o processo eleitoral se esvaia. Porém, esse quadro de consolidação teve que conviver com uma conjuntura política extremamente tensa, marcada por diversas crises políticas e de tentativas frustradas de golpes, e o que destaca Angela Castro Gomes,

O período da experiência liberal-democrática de 1945-64 é uma oportunidade de explorar o momento em que a sociedade brasileira viveu sua primeira experiência de eleitoralização da política. Ou seja, o período em que conheceu partidos políticos nacionais e de massa; em que experimentou eleições sistemáticas para o Executivo e o Legislativo (federal, estadual e municipal); enfim, em que realizou o que se chama “aprendizado da política” eleitoral, em novos e mais amplos marcos. GOMES (2009, p.36).

Portanto a construção de um projeto nacional inauguraria uma nova etapa no processo de modernização. É importante salientar a participação popular não apenas como massa de

manobra como se costuma imaginar, mas sim como força ativa, uma classe que começa a se organizar, tomando posição e se inserindo nos debates políticos.

Em a “vida fora das fabricas” de Maria Auxiliadora Guzza Deca, que tem como objetivo compreender o modo que se constitui a vida operaria em um dos centros mais importantes do país, busca analisar as afirmações de uma tradição operaria existente e as reivindicações de uma identidade vista em contraposição a desvalorização do trabalho, desqualificação e de condições adversas do mercado, ou seja, o enfoque principal é o de que as reivindicações de uma identidade operaria pode ser entendida como estratégia de luta e de busca valorização social dos trabalhadores antes mesmo da era Vargas.

Compreender esse contexto se faz necessário pois irá abrir nossa mente para entender que o populismo é um meio, e não o produto final. Para o professor Alberto Saldanha¹², o crescente protagonismo popular na cena política brasileira entre 1946 a 1964, não pode continuar a ser encoberto pela noção de populismo, cujo o propósito segundo suas palavras é destruir a tradição trabalhista.

Desta forma, partindo do pressuposto que as classes dominantes não possuem o monopólio da produção de ideias, ganhou força a noção de circularidade. Longe de serem impostas por um grupo a toda a sociedade as ideias circulam e as camadas populares se apropriam das mensagens dominantes, dando-lhes novos e diferentes significados. Como pontua o Professor Alberto Saldanha.

O que significa dizer que os trabalhadores vivem experiências políticas, econômicas e culturais e, a partir de um leque de alternativas disponíveis, escolhem suas estratégias, manifestam atitudes e comportamentos e constroem sua identidade política. Se as escolhas e estratégias não são as “reais” ou as “verdadeiras”, isso não autoriza subestimá-las ou desconsiderá-las. SALDANHA (2019)¹³.

O cerne desse trabalho gira em torno da exigência de uma reflexão mais atenta ao período estudado.

2.2 TRAJETÓRIA DEMOCRÁTICO EM ALAGOAS – HISTÓRIA DE CONFLITOS

Para que seja possível compreender o período democrático em Alagoas, buscaremos estudar a conjuntura política, econômica e social do estado. Os fatores e informações dos

¹² Doutor em História e Professor da Universidade Federal de Alagoas - UFAL

¹³ SALDANHA, Jose Alberto – A História do Populismo e a Tradição Trabalhista. [Correspondência], Destinatário, Magnum Marcelo Virtuoso da Silva. Maceió/AL, 08/08/2019, **E-mail**.

principais agentes envolvidos no processo, permitindo o acesso e a compreensão dessa parte da história.

A história alagoana é marcada por conflitos políticos, e não seria diferente durante esse período abordado, guardando íntima relação com o que vem acontecendo no cenário nacional. O período da República Velha se caracterizou pelo controle das famílias tradicionais, oligarquias estaduais que se perpetuavam ao longo do tempo passando a ter enorme controle político sobre as suas áreas de atuação. Fazendo surgir um dos mais característicos fenômenos sociais e políticos dessa época, o Coronelismo.

O coronelismo pode ser traduzido como um poder exercido pelos chefes políticos, como fazendeiros e senhores-de-engenho, sobre uma parcela do eleitorado. O Coronel traça os rumos das relações sociais e políticas da localidade ou concentra em suas mãos o domínio econômico, o poder de justiça ao nomear juiz e delegado, e até mesmo religioso (padre), dada sua influência sobre o poder local. O 'Código do Coronel' é o poder do mais forte (onde se percebe) de como o poder privado é uma manifestação peculiar do predomínio do mando local sobre o poder político na Província/Estado de Alagoas. CARVALHO (2016, p. 153).

Essas famílias participavam ativamente das disputas eleitorais da República Democrática, sempre visando fortalecer as suas casas, defender os seus interesses e manter o controle em sua determinada região.

Mesmo após ser transformada em Estado, é possível compreender através dos trabalhos publicados por historiadores citados que Alagoas mantém a economia da velha estrutura política, social e da produção econômica baseada na monocultura da cana de açúcar, e em menor escala o cultivo de algodão. Conseqüentemente a população se torna cada vez mais empobrecida, e dependente dessas famílias que detém o poder no Estado. É delas que surgem os principais nomes do cenário político alagoano no período posterior. Essa tradição nepotista dificultava mudanças no funcionamento do sistema político. Um sistema que reproduz a mesma lógica dominante, a política brasileira é tratada como se fosse um negócio da família e haverá resistência a qualquer ameaça a essa tradição.

A Revolução de 1930 marca o início de uma era de transformações em Alagoas, com a manutenção das fortes tensões, e enfraquece o poder político dos coronéis na disputa pelo controle do poder executivo eleitoral.

A Era Vargas (1930 – 1945), é marcada por raros momentos de estabilidade, em 15 anos Alagoas teve 12 mandatários. Vago o cargo, o governo federal ocupou-o com a indicação de interventores. Até a data da primeira eleição para governador, Alagoas contou com nove interventores no comando do executivo, conforme segue:

- 14 Out. 1930 a 09 Ago. 1931 - Hermilo de Freitas Melro
- 09 Ago. 1931 a 31 Out. 1931 - Luiz de França Albuquerque (interino)
- 31 Out. 1931 a 25 Out. 1932 - Tasso de Oliveira Tinoco
- 25 Out. 1932 a 10 Jan. 1933 - Luiz de França Albuquerque (interino)
- 10 Jan. 1933 a 02 Mar. 1934 - Francisco Afonso de Carvalho
- 02 Mar. 1934 a 01 Mai. 1934 - Temístocles Vieira de Azevedo (interino)
- 01 Mai 1934 a 26 Mar. 1935 - Osman Loureiro de Farias
- 26 Mar. 1935 a 10 Mai. 1935 - Edgar de Góis Monteiro
- 10 Mai. 1935 a 27 Mai. 1935 - Benedito Augusto da Silva

Vale destacar as figuras dos irmãos Edgar de Góis Monteiro e Ismar de Góis Monteiro, família com influente tradição militar que estarão diretamente ligados nas disputas políticas tanto no estado como no país, através da atuação de Pedro Aurélio de Góis Monteiro, general chefe do estado maior do exército (1934 – 1943), e ministro da Guerra de Getúlio Vargas.

Com a atuação de destaque do General Pedro Aurélio, ao longo dos anos de Getúlio Vargas no poder, os Góis Monteiro foram se fortalecendo – tiveram uma importância ímpar no desfecho dessas histórias. Da família, saiu dois interventores do Estado Novo, sendo Ismar de Góis Monteiro o mais marcante. O prestígio da família era tamanho que o primeiro governador eleito pelo voto direto em 1947 pertencia ao clã: Silvestre Péricles de Góis Monteiro. Porém há uma cisão na família, numa intervenção direta, o general Pedro Aurélio Góis Monteiro com sua autoridade nacional de detentor da pasta de Ministro da Guerra, tenta montar uma política de unificação dos interesses, de modo a “apaziguar a família alagoana”, que se resumia basicamente na fundação de um novo partido, o Partido Republicano de Alagoas (PRA), que agregaria os componentes dos partidos existentes, o PEDA, o PS e o PNA, para montar uma chapa de consenso no processo da eleição para governador que se realizaria em maio de 1935. Essa política, no entanto, não vai contar com a aprovação de um dos irmãos do general, Silvestre Péricles de Góis Monteiro, que vai se manter no PNA, lançando sua própria candidatura para enfrentar a de Osman Loureiro, que fora indicado candidato do PRA.

A cisão na família foi muito danosa à paz no Estado, se prolongaria até 50, quando a família Góis deixaria o poder para sempre¹⁴. A tensão gerada e a expectativa criada para o dia da eleição do governador podem ser bem percebidas na descrição feita por Antônio Góis testemunhas do fato e correligionário de Silvestre Péricles.

Quem presenciou aquele funesto dia, em que a Praça D. Pedro II, onde se acha o edifício da antiga Câmara dos Deputados, parecia mais uma praça de guerra, todos os prédios circunvizinhos achavam-se repletos de cangaceiros e policiais armados de fuzis, rifles e metralhadoras, para, se por ventura, o eminente alagoano tentasse se aproximar daquele edifício, ser juntamente, ele com todos os seus amigos e os deputados fieis à sua pessoa metralhados e rechaçados pela fúria lampionesca dos terríveis cangaceiros. GÓIS (1941, p. 111-112).

Osman Loureiro se elege, ficando na condição de Governador Constitucional até 24 de novembro de 1937, quando, em virtude do golpe que instituiu o Estado Novo, torna-se mais uma vez interventor do Governo Federal até outubro de 1940. Durante o Estado Novo, mais quatro interventores vão ser indicados, entre eles, os irmãos Ismar e Edgar de Góis Monteiro.

2.3 1945 – REABERTURA POLÍTICA EM ALAGOAS

Após o Estado Novo Alagoas caminharia na mesma trajetória da política nacional, após anos de autoritarismo e predominância do executivo, a reabertura política e a volta dos partidos independentes estabeleceram um novo momento no Estado. Os principais partidos com destaque no cenário alagoano foram:

- UDN – União Democrática Nacional;
- PSD – Partido Social Democrata;
- PSP – Partido Social Populista
- PTB – Partido Trabalhista Brasileiro;
- PCB – Partido Comunista Brasileiro;
- PST – Partido Social Trabalhista
- PDC- Partido Democracia Crista.

¹⁴ Referência a derrota dos Gois Monteiro nas urnas, Silvestre Péricles, que apoiara Luís Campos Teixeira ao Governo do Estado, e do General Pedro Aurélio na disputa ao Senado por Alagoas. O Governo conturbado e violento de Silvestre, contribuiu para declínio da família no cenário político alagoano.

Durante o período democrático quatro homens passaram pelo Palácio Floriano Peixoto, entretanto, apenas um deles encaixa-se no perfil que costumeiramente se fazia do período democrático, isso acontece porque não houve uma revolução responsável pela queda da ditadura do Estado Novo, há uma renúncia por parte de Getúlio Vargas devido as pressões sofrida por opositores, o que faz com que um novo sistemas nasça frágil, pois não houve um ruptura, os costumes de outrora, a centralização do poder, a repressão e a violência continuaram os mesmos.

O primeiro governador eleito durante o período democrático foi Silvestre Péricles de Góis Monteiro, de 1947 a 1951, seu mandato foi extremamente confuso, sem uma linha política muito clara e definida, transcorre sob um clima de constantes tensões, e conflitos com a oposição na Assembleia Legislativa. Silvestre era tido como um homem honesto e trabalhador deixou algumas obras espalhadas pelo Estado, a construção de escolas, o início do saneamento básico de Maceió, o tribunal de contas, entre outras, porém tinha um temperamento instável. O governador procurava atacar grupos opositoristas, desde Udenistas a Comunistas, marcou a política do estado com a sua truculência, perseguição e o anticomunismo, representando a continuidade do autoritarismo do Estado Novo.

A perseguição ao PCB por parte de Silvestre aumentou a guerra de nervos que posicionou o governo contra os direitos democráticos e da classe trabalhadora, composta por artesãos, estivadores, operários, entre outros o PCB era um partido popular em seu núcleo. As atitudes de Silvestre iriam representar o fim de um ciclo de vinte anos na política alagoana.

Seu governo, no entanto, não avançaria nas questões sociais, apesar de ter apoio de sua “poeira do ouro”¹⁵. Sua desastrada atuação na esfera das relações políticas e institucionais cristalizaram-se como marcas indelévels de um período sangrento, levando seu irmão Ismar a vaticinar “O demônio anda solto em Alagoas”: não para, não cansa, enlutando lares, ceifando vidas, traz a família alagoana em constante sobressalto. LIMA (1979 p.252).

2.4 A VITÓRIA UDENISTA E O GOVERNO ARNON DE MELO

Na eleição que se seguiu, em 1950, se verá a derrota de Silvestre Péricles e seu irmão general Pedro Aurélio, na tentativa de reeleição para o Senado, processo eleitoral que fez emergir dois personagens importantes na trama política alagoana: de um lado, Arnon de

¹⁵ Termo Utilizado por Silvestre Péricles para designar o seu fiel eleitorado Pobre.

Mello, candidato da UDN, que se elege governador, representando a oposição e, por outro lado, Sebastião Marinho Muniz Falcão, vinculado ao grupo de Silvestre Péricles e que se elege Deputado Federal. Essa eleição (1950) representa, em Alagoas, mais que tudo, o fim do ciclo da família Góis Monteiro no poder estadual.

Arnon Afonso de Farias Mello foi um jornalista, advogado, político e empresário brasileiro, nascido em Rio Largo, era filho de senhores de engenho, representante da classe conservadora, de famílias tradicionais. Após o fim do Estado Novo ingressou na União Democrática Nacional – UDN, por essa mesma legenda foi eleito governador de Alagoas 1950. Arnon de Mello é visto por algumas obras a exemplo de “Uma Experiência de Governo”¹⁶, do próprio, ou de matérias de jornais como um político moderno de visão cristalina, que se consagrou nas urnas, no histórico pleito de 1950, quando venceu a disputa ao governo do Estado, aos 39 anos, chegando ao Palácio nos braços do povo. É possível perceber que os políticos desse período, se utilizam, sem exceção, a todo o momento da palavra povo.

Analisando os acontecimentos anteriores a eleição e durante o pleito, é possível destacar alguns fatores que explicam o sucesso da UDN na campanha vitoriosa de Arnon de Mello sobre o candidato da situação Campos Teixeira do (PST). Influenciariam, a forma que Silvestre Péricles conduziu seu governo com autoritarismo e violência, o que afastou grande parte do apoio popular; O rompimento dos irmãos Ismar e Edgard de Góis Monteiro, lideranças do PSD, com Silvestre e Pedro Aurélio de Góis Monteiro que colocou em lados opostos o PST e o PSD, e a consequência foi a aliança entre UDN e PSD para eleição de 1950; Por fim, o crescimento da UDN dentro de Alagoas. Arnon chegou à disputa eleitoral com a imagem de um homem moderno e inteligente, afastado de qualquer rótulo ligado à violência. Acreditamos que esse conjunto de motivos sejam os principais na vitória udenista

Na política, Arnon de Mello tomou algumas posições desenvolvimentistas, como a criação da CODEAL – Companhia de Desenvolvimento de Alagoas (e implementada pelo seu sucessor, Muniz Falcão), de onde saiu, entre outros, o projeto de criação do Banco do Estado de Alagoas (PRODUBAN)¹⁷. Outros pontos de desenvolvimento foram às aberturas de estradas de rodagem, planos que desde Silvestre Péricles estavam em alta. A importância dos

¹⁶ “Uma Experiência de Governo”, Livro publicado por Arnon de Mello em 1958, contendo discursos pronunciados durante a campanha eleitoral de Arnon ao governo do Estado de Alagoas e também no exercício de seu mandato de governador.

¹⁷ Banco da Produção do Estado de Alagoas foi criado em 2 de julho de 1963 com o objetivo de incentivar a economia estadual, apoiando e financiando às atividades rurais, industriais e comerciais no Estado.

planos rodoviários é a integração entre as cidades e a imensa colaboração que os mesmos trouxeram para a circulação de notícias e ideias políticas por toda Alagoas.

Encontramos dentro da obra “Uma Experiência de Governo”, de Arnon de Mello, a tentativa de criar uma representação do político como moderno, democrático, um homem que mesmo com todas as dificuldades políticas faz seu árduo trabalho. Essa imagem é propagada durante muitos anos, até hoje no Estado de Alagoas, pois era o dono da principal emissora de televisão e jornal do estado, que ainda pertence à sua família.

Questionamos se Arnon realmente era esse modernizador e democrata, pois a perseguição violenta contra a classe trabalhadora, ações antidemocráticas como o empastelamento do jornal comunista, “A Voz do Povo”, por duas vezes, fizeram parte do seu governo. E essas ações não combinam nada com a democracia, no entanto, perpetuam a democracia vigilante e opressora que foi iniciada em 1945.

O governo de Arnon não conseguiu diferenciar-se muito do cotidiano de seu antecessor, surgem várias denúncias contra a atuação da UDN, que vão de encontro imagem do governador já descrita, quando se dizia que Arnon era favorável à liberdade democrática e que não perseguia seus opositores. Contudo pode-se dizer que os opositores e a classe trabalhadora não conseguiram viver em uma atmosfera pacífica, sendo perseguidos durante todo o período da redemocratização, a diferença entre Silvestre e Arnon seria somente o nível de repressão, pois conhecidamente a truculência do primeiro era maior.

CAPITULO III
TRAJETÓRIA; A CRISE DE 1957 – E O IMPEACHMENT DE MUNIZ FALCAO.

Figura 5 - Muniz Falcão



Fonte: TICIANELI. Blog História de Alagoas. (2015)

Sebastião Marinho Muniz Falcão nasceu no dia 06 de janeiro de 1915, em Araripina, Pernambuco. Filho de Lídio Marinho Falcão e Floripes Muniz Falcão, além de não ser alagoano, não fazia parte do seleto grupo de famílias tradicionais do Estado. A família Muniz Falcão só teria destaques no cenário político alagoano, após a sua atuação a frente da delegacia do trabalho e posteriormente no comando do governo do Estado, seus irmãos Djalma Marinho Falcão, foi senador, deputado federal por Alagoas, e prefeito de Maceió, além de Acides Falcão, senador por Alagoas.

Cursou direito na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e concluiu seus estudos na Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Advogado e jornalista, exerceu as atividades de delegado regional do trabalho nos estados de Alagoas, Sergipe e Bahia.

Muniz Falcão chegou a alagoas por intermédio de Ismar de Gois Monteiro quando este era interventor do estado. Sua chegada em Maceió se deu em 1942, para assumir a delegacia do trabalho, disposto a fazer cumprir a legislação trabalhista. Em 1945, após Vargas ser deposto, os descontentes com sua firme atuação conseguem sua transferência para Bahia. Quando Silvestre Péricles elegeu-se governador do estado, voltaria Falcão ao seu antigo posto em Maceió. TENÓRIO (2007, p.105).

A intenção de Ismar de Gois Monteiro, interventor do Estado, era esfriar o clima político de incertezas e violência, por esse motivo indicou alguns auxiliares de fora do Estado para ajudá-lo na administração. Porém no caso de Muniz gerou o efeito contrário. Responsável por aplicar e fazer cumprir a legislação trabalhista, esquecida e rejeitada pela classe do “baronato”.

Chamado de forasteiro, por não pertencer às famílias tradicionais Muniz não cedia à pressão da classe empresarial, que deixava claro o seu incomodo com sua atuação a frente do órgão público, principalmente os Usineiros, os quais são responsáveis por transferência para a Bahia, mas, logo retorna ao seu posto em Alagoas, após a vitória de Silvestre Péricles, numa clara resposta do governador aos empresários e aos tradicionais grupos políticos a que eram rivais.

Em 1949, a Assembleia Legislativa e os dirigentes industriais do estado acusavam-no de promover a discórdia entre trabalhadores e empregados e de intromissão na vida política do Estado.¹⁸

Nas eleições seguintes, de 1950 o seu desempenho frente aos direitos das classes operaria o elege a Deputado Federal, embora sua trajetória estive-se ligada ao grupo de Silvestre Péricles, Muniz Falcão passa a representar outra experiência política. A tarefa de fiscalizar as relações trabalhistas, divulgando o direito dos trabalhadores, fazia dele um político comprometido com as transformações que estavam em curso na economia e na sociedade brasileira. Essas transformações já bastante adiantadas na década de 1950, era resultado do processo de industrialização e de urbanização que se intensificavam, trazendo para o cenário das disputas políticas, os interesses das massas de trabalhadores urbanos. Assim, Muniz Falcão, conforme caracteriza Douglas Apratto Tenório, entra na política, chegando a Câmara Federal.

Sem dinheiro e sem colégios eleitorais, sem influencia das oligarquias e sem raízes de família, pois era natural de Pernambuco [...], Ingressou na politica pela mão do povo, coisa incomum, mas não pode evitar a tremenda barreira do ódio que se ergueu contra ele pelos interesses poderosos que feriu ao abrir uma nova era do Trabalho em Alagoas. TENÓRIO (2007, p.228).

Com essas credenciais, alguns pesquisadores rapidamente consideraram que, durante seu mandato, os operários urbanos de Alagoas o apoiaram sem cerimônia e, em troca, foram

¹⁸ Costa, Rodrigo Jose da, Artigo – Sob o Signo do Sangue: a trajetória republicana em Alagoas e a sinfonia da violência em tom maior (1930-1964) São Paulo, julho, 2011.

agraciados com melhorias concretas em suas vidas, o sindicalismo deslanchou e os comunistas atuaram livremente. Outrossim, podemos então imaginar o sentido inverso: os outros três governadores – um notório inimigo do Partido Comunista do Brasil, um filiado à União Democrática Nacional e outro que deu toda assistência ao golpe civil-militar no estado – perseguiram os comunistas, desmantelaram o sindicalismo e reprimiram os trabalhadores. Em virtude disso, Alagoas remaria contra a maré nacional: governado por três conservadores em um período de progresso e liberdades individuais. MOURA (2017, Pág. 20).

Logo, Muniz Falcão tornou-se a escolha mais óbvia, e o nome de maior destaque da política dita como populista no Estado. Porém existiam variantes que influenciariam diretamente para que o mesmo alcançasse esse status, condições existentes no Brasil e em Alagoas a partir do período getulista, desde a “revolução de 30”, mas precisamente após a reabertura política de 1945, ocorre em todo o país um processo de transição em decorrência de movimentos migratórios, e dos já citados processos de urbanização e de industrialização, responsáveis diretos por mudanças culturais, econômicas, políticas e sociais. O que possibilita o surgimento de figuras carismáticas como Muniz Falcao e o aparecimento de um fenômeno populista.

Ao nos deter na carismática figura de Muniz Falcão, nos apoiaremos nas observações de Francisco Weffort para afirmar que o munizismo [sic] alagoano não pode ser explicado unicamente pela aparição de um ex-delegado do trabalho que conseguiu atrair as massas urbanas de Maceió e de outros centro fabris do interior para a sua orbita política. Há inúmeras outras variantes que interferem no processo histórico, e o conhecimento delas é que nos pode aproximar do real.¹⁹

3.1 ELEIÇÕES DE 1954 – CONTEXTOS SOCIAIS E POLÍTICOS

Os partidos de origem democrática de oposição formavam em Alagoas a “Frente Popular Alagoana”²⁰, nos partidos como PTB, PSP, PSD e PR surge o desejo de unidade em torno de um nome para a disputa das eleições de 54, com o objetivo de derrotar a UDN nas Urnas.

O trabalhismo enquanto projeto político em Alagoas estava bem distante de algo concreto e a aproximação dos políticos junto a classe trabalhadora, via de regra, possuía fins eleitoreiros. O desempenho de Muniz Falcão, outrora a frente da DRT, e posteriormente como deputado, o credenciaria a ser esse nome, nessas articulações, Muniz trazia consigo o apoio

¹⁹ Tenório, OP. Cit. p. 23/24

²⁰ “Frente Popular Alagoana” – coligação formada pelo PSP e PTB para disputar a sucessão governamental de 1955.

das lideranças trabalhistas e até de representantes do PCB. Por fim, Muniz Falcão foi o escolhido para disputar o governo em uma reunião do diretório regional do PSP e a homologação ficou para a convenção estadual do partido. Sem o apoio até então dos outros partidos que integrariam a frente, Muniz Falcão ainda nutria esperanças de que os outros partidos da oposição se juntassem à “Frente Popular Alagoana”, condenando uma suposta divisão, e acreditando que a desunião do bloco oposicionista só levaria à derrota.

A Frente Popular se restringe a PSP e PTB, longe de ser uma unanimidade Muniz é escolhido para a disputa das eleições de 1954.

A situação capitaneada pela UDN, sob o comando do Governador Arnon de Melo, indicaria Afrânio Lages, um legítimo representante das oligarquias alagoanas, representava a continuidade de um governo de miséria e violência. Segundo SURUAGY (2000, Ed.3 p.134/135). “Afrânio Lages é considerado, por muitos o maior civilista de Alagoas. O escritório de advocacia do professor é um dos mais rentáveis do Estado. Os usineiros, os grandes proprietários, os donos das indústrias têxteis, os banqueiros, os maiores comerciantes buscam seu talento jurídico. [...] Iniciada a campanha, o ilustre mestre é rotulado de candidato dos ricos e inimigo dos pobres. Abandonado por alguns líderes e vítimas de mentiras e infâmias, perde a eleição”.

O resultado das eleições de 1954 seria um forte indicativo de mudanças, havia uma expectativa de que pela primeira vez o sentido da palavra democracia pudesse ser cumprida pelo governador entre as classes mais pobres, já que em anos anteriores foram cerceados e perseguidos. As eleições confirmam as fortes raízes trabalhistas existente no Estado. A participação operária dentro da política do Estado era real, e na capital Maceió, isso acontecia de maneira, mais elevada, devido a classe operária, a registros de greves no Estado desde 1891, o que comprovaria uma certa organização das classes trabalhadoras. O resultado das urnas comprovaria a influência da figura populista de Vargas, mesmo após sua morte, e a força do trabalhismo no combate a oligarquia alagoana ligadas a UDN, as classes populares formariam uma aliança com o governo eleito em 55, e devido a política de não agressão aos trabalhadores, o que possibilitaria a eles brigar por direitos essenciais, salários, jornadas de trabalho, manter direitos conquistados e lutar por melhores condições de vida.

Os trabalhadores sabiam das suas necessidades e nesse período da história se aliam ao Estado, a Muniz para consegui-las. Por outro lado, a postura democrática de Muniz Falcao foi a forma de criar vínculos com setores populares. Recebeu apoio da classe trabalhadora em todos os momentos do seu conturbado governo, por assumir uma política de não agressão aos trabalhadores e de não perseguição aos comunistas. SALDANHA (2011, p. 27).

Porém é necessário ressaltar que essa liberdade não impediu a repressão dentro das fábricas, muito menos diminuiria a violência no Estado, só contribui para o aumento da insatisfação com o governo atual.

Entre as décadas de 50 e 60 a população de Maceió cresceu cerca de 40%, mais que o dobro se comparar com a média do Estado 16%, esses números explicam a expressiva quantidade de votos na capital. De acordo com o Censo a seguir a população de Maceió estaria aquém em comparação com todo estado, porém seu eleitorado era maior, a população rural se estabelece fora das cidades, restringindo o voto nessas localidades.

Tabela 1 - Número de Habitantes de Alagoas e de Maceió

Ano do Censo	População de Alagoas	População de Maceió	Aumento do Numero Habitantes na Capital
1940	951.300	90.253	-
1950	1.093.137	120.980	30.727
1960	1.271,062	168.055	47.075

Fonte: IBGE, Demográficos de 1940, 50 e 60.

O povo conduziu Muniz Falcão ao Governo de Alagoas em 54, e não por serem influenciáveis, mas por acreditarem que esse nome seria a melhor opção para implementação de uma verdadeira experiência democrática em direção ao cumprimento de e ampliação dos direitos. Ou seja, o populismo em Alagoas, principalmente no seu auge, pode ser visto como uma via de mão dupla, o que significa dizer que há o compartilhamento de interesses, sobretudo da classe operária que escolhem as suas estratégias, e constroem sua identidade política baseado nas experiências vividas.

Por outro lado sua vitória não seria aceita pela elite local. Liderados por Arnon de Mello e Rui Palmeira, principais forças de posição, aproveitara-se do fato de que a UDN teria elegido 60% dos deputados naquele pleito, para começar uma mobilização contra o populismo de Muniz, dificultando ao máximo as ações do governo, pois qualquer tentativa de provocar mudanças profundas em sua estrutura esbararia em uma Assembleia Legislativa e uma elite dominante ultraconservadora. Tenório destaca que;

A vitória de Muniz Falcão, em 3 outubro de 1955, quebrou a sequencia de famílias tradicionais, criando um clima de insatisfação e inconformismo, congregando-se forcas poderosas para retirar um humilde forasteiro de Araripina os louros da vitória e que ousava da há muito bater de frente contra o predomínio das oligarquias locais. TENÓRIO (2007, p. 109).

“Sebastião Marinho Muniz Falcão, ao se eleger, herda os ódios e os conflitos de uma sociedade dividida. A luta política transforma-se em luta de vida e morte. Famílias há anos, digladiavam-se nas alternâncias do poder. Vendetas familiares ensanguentam o solo alagoano”, SURUAGY/FILHO (2000. p.135).

Muniz se preocupava em sanar as finanças públicas que foram deixadas no vermelho por Arnon. Buscando adequar o Estado à realidade, o governador cria uma Taxa Pro-Economia, Educação e Saúde. Que atingiria justamente as três maiores forças econômica de Alagoas: Os produtores agrícolas, os industriais e os comerciantes, cuja representação na Assembleia era maciça. Ações como essa aumentariam a insatisfação, conseqüentemente os ataques ao governador não cessariam tornando a governança impraticável no Estado. Seu projeto Nacional-Estatista²¹ foi duramente combatida pelas Forças Liberais²² conservadoras da UDN.

Diante desse panorama desfavorável, Muniz tomaria outras medidas que seriam vistas como impopulares entre a classe A, visando enxugar os gastos públicos, de uma vez só demitiu todos os servidores contratados a partir de 15 de setembro de 1955, segundo o mesmo de maneira irregular, seria contra o aumento de impostos para equilibrar as contas do Estado e fiscalizaria instituições propondo reformas nos quadros do funcionalismo público, onde o chefe do Estado executivo preferiu desagradar importantes figuras políticas de Alagoas. Segundo Douglas Apratto:

Seu governo foi um espelho de suas convicções democráticas. Nenhuma perseguição a quem quer que seja, nenhuma exclusão de qualquer segmento importante da sociedade. Em plena fase de histeria anticomunista, sempre teve o maior respeito para com as posições da esquerda, pois embora não aceitasse mudanças bruscas e violentas era um decidido defensor de reformas e de mudanças na sociedade. TENORIO (2007, p.231).

As articulações contra a sua administração, por isso mesmo, foram enormes e iniciadas antes mesmo de sua posse, desembocando numa guerra interminável empreendida por aqueles que não admitiam a presença popular no governo. TENORIO (2007 p.231).

²¹ O Nacional-Estatismo, encarnado na tradição do trabalhismo, não só cresceu e agregou interesses, como se colocou como projeto político das frentes nacionalistas.

²² Projeto que visava frear o crescimento da politização dos trabalhadores, reconquistar ou manter suas antigas estruturas de poder, não permitir as reformas de base, entre outras bandeiras.

3.2 O IMPEACHMENT DE MUNIZ FALCÃO – EXPERIÊNCIA GOLPISTA

Dentro de um amplo cenário de transformações, rupturas e permanência de antigos hábitos, o governo de Muniz Falcão foi extremamente conturbado devido a grande oposição que sofrera, o que não consideramos como uma singularidade alagoana, pois essa forte oposição Udenista acontece em todo país, desde a reabertura política pós Estado Novo.

A UDN perde a paciência devido a tantas derrotas nas urnas, passando a articular alternativa para chegar ao poder. O suicídio de Vargas adiaria os planos, pois desarticula um esquema golpista, comandado por udenistas e setores militares.

“A impossibilidade de conquistar o poder por meios eleitorais e a fraqueza ideológica de sua mensagem, fazem com que a UDN procure aliados nas camadas conservadoras e reacionárias e, também, nas Forças Armadas. Em toda a sua história, ela não consegue sensibilizar as camadas populares, obtendo unicamente o apoio de segmentos da classe média e das classes dominantes, além dos coronéis do interior. A incapacidade em obter maioria numérica dentre o quadro do legislativo e do executivo federal e dos Estados, leva o partido, desde a sua primeira derrota – nas eleições de 45 – a apelar para as Forças Armadas, que, inicialmente considera um poder moderador; mas posteriormente, com a intenção de desencadear o golpe contra as instituições, condição que, segundo ela, possibilitaria a tomada do poder.” CARONE (1987, p.303-304).

Algumas medidas tomadas pelo governador contribuíram para o ponto de partida para uma crise ainda mais intensa, a criação da taxa pro-economia, educação e saúde, taxaria os produtores de açúcar visando realizar melhorias no Estado, porém desagradaria às elites alagoanas, fez com que Muniz perdesse o apoio do PSD e precipitou a ofensiva da UDN contra o governo. Entretanto, o estopim dessa crise se deu em fevereiro de 1957, após o assassinato do deputado e médico Udenista Marques da Silva, em Arapiraca, o mandante seria o deputado Claudionor Lima partidário do Governador; Marques da Silva deixará uma carta testamento inscrita onde revelou um plano para mata-lo e responsabilizou o governador por sua morte, assim como a violência no Estado. Esses fatos são suficientes para que o Legislativo em 09/02/1957 abra um processo de impeachment, apresentado pelo deputado Oseas Cardoso, acusando-o de conivência com a violência, crimes políticos e de violência contra o Legislativo e Judiciário, impossibilitando de funcionar livremente.

O quadro da Assembleia contava com 22 deputados opositores e 13 simpáticos ao governo, grande parte dessa oposição eram das famílias tradicionais ligadas a indústria do

açúcar, que reagiram as medidas desenvolvimentista do governo. O processo de investigação se arrastou por 06 meses, sob muitos protestos da situação e da classe trabalhadora, por acreditar que o impeachment era inconstitucional e atropelava a Constituição, rasgando o voto da população que elegeram Muniz democraticamente. O fez com que aumentasse as tensões e conflitos entre opositores e defensores do Governo, que prometiam um enfrentamento direto no dia do Julgamento.

Figura 6 - Faixa Contra o Impeachment no Centro de Maceió.



Fonte – TICIANELI. Blog História de Alagoas. (2015).

Muniz antevendo a derrota, visto que os opositores em maior número não respeitavam o rito nas formas da lei, orientou que sua bancada não comparecesse a sessão afim de esvazia-la, impossibilitando que a votação tivesse quórum necessário para a abertura dos trabalhos, porém a orientação não surgiu muito efeito. Antes mesmo do dia da votação deputados de posições diferentes se ameaçavam, Humberto Mendes, da base aliada e sogro de Muniz Falcao, chegou a dizer que só sobre o seu cadáver o governador seria deposto.

Em 13 de Setembro de 1957, o plenário da Assembleia Legislativa de Alagoas tornou-se palco de um cenário de Guerra. Os deputados compareceram à sessão de votação com pistolas e metralhadoras, e antes mesmo que o processo fosse votado deu-se um tiroteio de aproximadamente 40 minutos, ferindo vários deputados, um jornalista e vitimando Humberto Mendes, que havia dito que a destituição do governador somente aconteceria por cima do seu

cadáver, foi a única vítima fatal do tiroteio que aconteceu no plenário da Assembleia Legislativa.

A votação não ocorreu, e o caso chamou a atenção de todo o País, e fez com que o Presidente Juscelino Kubitschek, decretasse uma intervenção federal no Estado, essa apenas na questão de segurança, para garantir que novos confrontos armados não ocorressem, ficando o general Armando Ancora com o poder de polícia em Alagoas, a administração do estado continuaria sob o comando do Governador, que prontamente não aceitou, se licenciando do Cargo. Com o afastamento de Muniz e de sua base na Assembleia no dia 15 de setembro de 1957, o pedido de impeachment foi acatado e acolhido pelo tribunal, no entanto seria anulado pelo STF devido a fraude na sua composição. Houve um novo sorteio de componentes assim como uma nova data para o julgamento.

A sessão do julgamento final foi marcada para 11 de dezembro de 1957, quando o tribunal misto daria decisão final sobre o mandato do governador. Os advogados estavam a postos no auditório da Faculdade de Direito de Alagoas, enquanto o povo lotava a praça do Montepio dos Artistas, em frente [...] O resultado da dramática votação pelo tribunal misto: seis votos favoráveis à condenação, quatro votos pela absolvição do chefe do executivo. Como a lei nº 1.079 exigia quórum qualificado mínimo de dois terços para a condenação, o mandato de Muniz Falcao foi preservado e, conseqüentemente absolvido das acusações²³.

²³ Tenório, OP. Cit. p. 83

Figura 7 - Tropas na Praça D. Pedro II Antes do Tiroteio.



Fonte: Foto de Márcio Moreira Alves para o Correio da Manhã. (2015).

Muniz retorna ao Estado de Alagoas sob forte comoção popular daqueles que ainda depositavam esperança que seu governo pudesse cumprir tudo aquilo que havia prometido. Em seu discurso de retorno ao governo, agradeceu ao povo, a qual considerava uma entidade soberana, e que seus interesses estariam acima dos conflitos que aconteciam no Estado; avisa aos opositores que voltará ao Estado sem ódios, disposto a dar as mãos a quem desejasse colaborar com seu governo, em prol da paz e do desenvolvimento de Alagoas.

O governo Muniz Falcao prosseguia no seu esforço de planejamento, do progresso não retórico, mas voltado para a sua base de apoio, a população mais humilde, mas não alcançou nenhuma repercussão em suas atividades.²⁴ Tenório, afirma que Muniz foi atropelado pelos acontecimentos, esquecendo suas obras e realizações. A colheita dos frutos de sua seara seria feita no governo posterior.

²⁴ Tenório, OP. Cit. p. 197.

O plano diretor do desenvolvimento de Alagoas e a criação da Companhia de desenvolvimento de Alagoas – CODEAL, foram marcas simbólicas do seu governo devido ao surgimento de um novo modelo de administração. Porém, as mudanças não conseguem ser feita de forma imediata, Alagoas não consegue se recuperar financeiramente após anos seguidos de embates políticos, as indústrias alagoanas viviam em crise e conseqüentemente a classe mais humilde sofria com a estabilidade do Estado.

A população mais pobre apoiou Muniz durante todo seu governo, participando intensamente desse processo, apesar disso os trabalhadores entendiam que Muniz havia feito pouco até o momento, e quando esses percebiam que o governo se esquivava dos compromissos referente a manutenção dos direitos, organizavam greves, protestos, reuniões, cobravam tanto o governador como os empresários, não deixando de manifestar o seu descontentamento, principalmente na forma de mediação entre patrões e empregados.

Do governo Falcao, entretanto, ficou, a nível nacional de instabilidade política e do tiroteio na Assembleia Legislativa. É dele, entretanto, o programa mais importante de desenvolvimento já elaborado no Estado.²⁵ Muniz Falcao voltaria ao governo em 1965 com uma grande diferença de 15.753 votos para o segundo colocado, entretanto não pode assumir o governo, devido o AI2 (Ato Institucional 2)²⁶, que vetou qualquer possibilidade de um líder ou partido com tendências populistas assumir o poder durante a ditadura.

Muniz gerado no ventre do getulismo, forasteiro, sem a proteção da aristocracia alagoana, chegou ao governo do estado apoiado pelo proletariado, enfrentando as oligarquias estaduais; fica a imagem de uma figura carismática que lutava para que os direitos e deveres fossem cumpridos, para que houvesse uma recuperação da economia do Estado, com um novo modelo de administração, mas não sozinho, não sem a ajuda proletariado que o elegera.

3.3 A DISPERSÃO DAS FORÇAS POPULISTAS, 1960 – O GOVERNO LUÍS CAVALCANTE

O último governador deste período democrático foi o deputado federal major Luís de Souza Cavalcante, que pregaria em sua campanha um discurso de pacificação após longas disputas conflituosas e sangrentas em Alagoas, seria ele o representante do bloco conservador no Estado.

²⁵ Tenório, OP. Cit. p. 212.

²⁶ Ato institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965. Foi uma resposta dos militares que estavam no poder à derrota por eles sofrida nas eleições ocorridas no início do mês de outubro do mesmo ano.

A disputa nas urnas se daria contra o senador Silvestre Péricles de Góis Monteiro, e os deputados federais Ary Pitombo e Abraão Fidélis de Moura, é necessário destacar que Muniz Falcão mesmo consolidando a imagem de um administrador identificado com as bandeiras populares, com livre acesso ao universo trabalhistas, não conseguiu articular uma liderança única que pudesse representar o governo atual, sendo assim as forças populares se dispersaram entre esses três nomes, o que favoreceu a aliança formada pelo PL/UDN fator fundamental para a vitória do Major Luís Cavalcante.

Analisando os números de votos, observamos que o bloco popular varguistas, munizista venceria facilmente as eleições através de uma simples composição partidária. O governador eleito major Luís Cavalcante, registrado pela aliança PL/UDN, obteve 38.915 votos, Abraão Fidélis, registrado pelo PSP, obteve 37.213 votos, Silvestre Péricles, registrado pelo PDC, obteve 31.020 votos e Ary Pitombo, registrado pela aliança PTB/PSD, obteve 7.938 votos, uma curiosidade sobre o pleito de 1960, é que o governador eleito perde a eleição no interior, para Abraão Fidélis e, na capital, para Silvestre Péricles, porem a divisão possibilitou a sua vitória. Enfim, o populismo ou trabalhismo seria derrotado nas urnas devido a sua própria incapacidade de formar alianças que superassem os projetos partidários ou pessoais de poder.

O governador Luís Cavalcante se notabilizou pelas obras entregues a população alagoana, muitos desses projetos planejados pela gestão anterior, Cavalcante manteve uma política que seguia os passos modernizantes, no sentido administrativo, incorporando o clima desenvolvimentista da gestão passada, sem, no entanto, manter as preocupações com as questões sociais. Durante seu governo foram construídas e restauradas as escolas de primeiro e segundo grau, na área da saúde também houve melhorias com a construção e aparelhamento das unidades, como a maternidade Santa Mônica, o surgimento do IPESEAL, a Criação da CASAL, o Tribunal de Contas, ente outras, sendo necessário destacar o plano trienal que procurava transformar Alagoas num Estado de projeção nacional no que se refere a gestão de alguns setores, como: Educação, Saúde, Segurança e Assistência Social.

Em contrapartida, esse período foi desastroso para a classe trabalhadora alagoana, declarado anticomunista e ligado a modernização conservadora, Cavalcante reprimia as manifestações empreendidas pelos trabalhadores através da força policial, por vezes atribuindo a elas um sentido comunista, o seu governo colocaria a prova a consistência dos movimentos sociais construídos ao longo dos últimos 15 anos, principalmente no governo Muniz Falcão.

No âmbito político, segundo Fernando Medeiros (2007), Luís Cavalcante foi um dos primeiros governadores a apoiar ativamente a derrubada de João Goulart, ficando como o único Estado nordestino em que o governo tomou uma posição clara em defesa do movimento golpista, contando com apoio declarado das oligarquias locais e da igreja católica.

Com o advento ao Golpe Militar 1964, podemos considerar a queda do populismo em Alagoas, pois o que se vê adiante é o Estado brasileiro patrocinando uma repressão, baseada em censura, vigilância, tortura sistemática, prisões ilegais e desaparecimentos. Os conflitos políticos, ou qualquer projeto de reforma que mobilizasse as massas trabalhadoras, poderiam ser uma porta de entrada para a “subversão”, logo seriam combatidos pelos militares que procuraram sempre atuar a partir de uma “legalidade autoritária”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde a queda do Estado Novo 1945, o país viveu um clima de abertura democrática, o fim dos quinze anos de mando de Vargas e o retorno do país ao governo constitucional e à democracia trouxeram uma nova era política para o Brasil.

A migração da população para os centros urbanos, ligado a democratização do sistema político, que agora permitia ao povo participar do processo eleitoral, lançou um grande segmento da população num papel ativo de seleção dos seus representantes. Como resultado desta condição, os candidatos a cargos eletivos, começaram a apelar para o povo diretamente e responder aos interesses deste. Em outras palavras: aparecia agora no processo político um contato constante entre os líderes políticos e o povo, este representado, na maior parte, pelas classes trabalhadoras.

Segundo Jorge Ferreira, a noção de “populismo” como “[...] conhecemos hoje” é aquela ideia básica de manipulação e cooptação da classe trabalhadora por líderes políticos carismáticos, muitas vezes ligados de alguma forma ao ex-presidente Getúlio Vargas, principalmente durante o chamado período democrático (1945-1964). Entretanto, o autor lembra-nos que “populista” era uma palavra que já existia “[...] no vocabulário político entre 1945 e 1964, mas muito raramente era utilizado. E quando era pronunciada, tinha um significado bastante diferente do que conhecemos hoje.” (FERREIRA, 2001b, p. 115).

O populismo mostra a sua força em decorrência do fenômeno que atravessa tanto ideologias políticas de esquerda como de direita. Percebemos nesse contexto o quanto a configuração dele é transformadora e contraditória, portanto ambígua.

A Ascensão e queda do populismo em Alagoas, vem por meio deste trabalho, colaborar com a historiografia alagoana, afim de tornar claro acontecimentos de grande importância para a história do nosso povo durante esse período de ebulição política no estado. Através do surgimento do populismo, da consciência política trabalhista e dos processos eleitorais que nos ajudaram a compreender essa conjuntura.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS

CARONE, Edgar. A República Liberal – v. I, Instituições e Classes Sociais, DIFEL, São Paulo, 1987.

CARVALHO, Cícero Péricles de. Formação Histórica de Alagoas. H Edição Maceió EDUFAL 2016.

COSTA, Craveiro. Alagoas em 1931.

D'ARAÚJO, Maria Celina. Getúlio Vargas. Centro de Documentações e Informações. Edições Câmara, Brasília, 2011.

DIÉGUES, Júnior Manoel. História de Alagoas – Análises dos Fatores Psico Sociais, Econômicos e Militares da Ocupação Humana do Território. Maceió: Adesg, 1971.

FALCAO, Muniz. A situação política administrativa de Alagoas – Composto e Impresso nas Oficinas da Imprensa Oficial, Maceió-AL 1956 – Arquivo Público de Alagoas.

FERREIRA, Jorge. O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular 1945-1964. Rio de Janeiro – RJ: Civilização Brasileira, 2005.

FILHO, Theotônio Monteiro de Barros – O “IMPEACHMENT” Contra o Governo Muniz Falcão (ilegalidade e inconstitucionalidade do processo) – Composto e impresso nas oficinas da imprensa oficial, Maceió-AL – Arquivo Público de Alagoas.

GOIS, Antônio. Sangue (Subsídios Para a História Política de Alagoas). Maceió: Litografia Esperança, 1941. (digitalizada).

GOMES, Ângela de Castro. Jango e a República de 1945-64: da República Populista à Terceira República. In: Mitos, projetos e práticas políticas; memória e historiografia. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2009.

GOMES, Ângela de Castro (Org). Vargas e a crise dos anos 50. Rio de Janeiro – RJ: Relume Dumará, 1994.

GOMES, Ângela de Castro. O populismo e as ciências sociais no Brasil Tempo, Rio de Janeiro, vol. 1, n.º. 2, 1996, p. 31-58. 1. 2. Tempo.

GOMES, Ângela de Castro. *A Invenção do Trabalhismo*. São Paulo: Vértice, 1988.

GONZAGA, Glaucia Tiana Silva. A tragédia do Populismo. Web Artigos, 26 nov. 2007. Disponível em: <https://www.webartigos.com/artigos/a-tragedia-do-populismo/2829>. Acesso em: 2 jan. 2019.

LESSA, Golbery. Para Uma História da Indústria Têxtil Alagoana. Gazeta de Alagoas, Maceió, 6 Março, 2008. Caderno Saber.

LIMA, Mário de Carvalho. Sururu Apimentado: Apontamento para a história política de Alagoas. Maceió, EDUFAL, 1979.

LOPES, Luiz Roberto. História do Brasil Contemporâneo. 2 Edição, Porto Alegre. Ed. Mercado Aberto. 1983 (Serie Revisão. Vol. 3);

MEDEIROS, Fernando Antônio Mesquita. O Homo Inimicus. Igreja Católica, Ação Social e Imaginário Anticomunista em Alagoas. Maceió: EDUFAL, 2007.

MOURA, Anderson Vieira. Trabalhadores, populismo e comunistas: os operários têxteis de Maceió/AL durante o governo Muniz Falcão (1956-1961). 2017. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - Universidade Estadual De Campinas. Campinas, SP: [s.n.], 2017.

MOURA, Anderson Vieira. Comunistas e Trabalhistas Urbanos em Alagoas (1951-1961). Dissertação (Mestrado em História), UFPE, Recife: 2012.

PRADO, Maria Lígia. O Populismo na América Latina. Editora brasiliense, 1981.

ROCHA, Alexandrino. Decretado ontem o “Impeachment” do Sr. Muniz Falcão. Jornal Correio da Manhã – Rio de Janeiro, Quinta Feira, 19 de setembro de 1957.

SALDANHA, Alberto. Governadores Alagoanos e os “Tempos de Antes”. Revista Crítica Histórica, Maceió, Ano I, nº 1, junho, 2010.

SURUAGY, Divaldo. / FILHO, Ruben Wanderley. Raízes de Alagoas. 3º Edição. Maceió: Edições Catavento, 2000.

TENORIO, Douglas Apratto. A Tragédia do Populismo – O Impeachment de Muniz Falcão, 2º edição – EDUFAL, 2007.

WEFFORT, Francisco. O Populismo na Política do Brasil – Editora Paz e Terra 1980.

WEFFORT, Francisco. “Política de massas.” In Otavio Ianni (ed.) Política e Revolução.